

PAC 2020

Prestação de Contas



Cersul – Cooperativa de Distribuição de Energia

CNPJ: 86.512.670/0001-02 IE: 250.249.537

Rua Ludovico Menegaro, n° 1275 – São Luiz

Turvo/ SC Cep: 88930-000

<http://www.cersul.com.br/site/>

cersul@cersul.com.br

Sumário

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS	39
2.1 – Balanço Patrimonial	39
2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício	41
2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	42
2.4 – Demonstrações do Fluxo de Caixa	43
2.5 – Notas Explicativas	44
3 – RELATÓRIO DOS AUDITORES E PARECER DO CONSELHO FISCAL	57
3.1 – Relatório dos auditores	57
3.2 – Parecer Conselho Fiscal	59
4 – RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	60
5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS ..	67
5.1 – Balanço Patrimonial	67
5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício	68
5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	69
5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa	70
5.5 – Notas Explicativas	71
5.6 – Relatório Auditor Independente	89

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Missão

Distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança energética para o desenvolvimento e bem-estar dos associados.

Visão

Ser referência na distribuição de energia elétrica com eficiência empresarial, responsabilidade social e ambiental.

Valores

Comprometimento, ética, respeito, integração, segurança, excelência na gestão e transparência.

Senhoras e Senhores Cooperados

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Patrimonial, os quais consideraram importantes para divulgar o desempenho da Cersul - Cooperativa de Distribuição de Energia para a sociedade, parceiros e cooperados.

Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas encontram-se à disposição dos interessados e se coloca desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessário.

Mensagem do Presidente

Vivenciamos em 2020 um cenário que trouxe mudanças significativas na rotina de todos os cidadãos e em todos os segmentos da sociedade. Mesmo diante da pandemia do Coronavírus, mantivemos nossa missão de distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança energética para o desenvolvimento e bem-estar dos associados.

Através dos demonstrativos contábeis e da análise de desempenho, o relatório de gestão do exercício de 2020, traz o compromisso do conselho de Administração da Cersul, em obter resultados de excelência dos serviços e do atendimento que ofertamos. Todos esses resultados só são possíveis graças ao comprometimento da equipe da cooperativa.

O objetivo é fazer com que nossos associados tenham satisfação em integrarem a Cersul, bem como haja o bem-estar de nossos colaboradores e o desenvolvimento sustentável, levando em consideração os princípios cooperativistas.

O empenho em tudo o que fazemos resulta nas ações que a diretora executiva aponta neste relatório.

Fortalecemos nosso objetivo de zelar por um atendimento pautado em comprometimento, ética, respeito, integração, segurança, excelência na gestão e transparência, bem como a política de qualidade.

Jonnei Zanette

Presidente

1 Perfil Institucional

A Cersul é uma sociedade cooperativa, entidade sem fins lucrativos que atua no mercado de energia elétrica desde 1961 e tem presença consolidada entre as melhores cooperativas de infraestrutura do Estado em virtude da qualidade dos serviços que presta a seus associados.

No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 18,2 mil associados e demais consumidores de energia, pertencentes a onze municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina. Dentre esses municípios, cinco a permissão é exclusiva e nos outros seis municípios, a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza.

Para o funcionamento do sistema e atendimento aos onze municípios citados, a Cersul se utiliza de duas Subestações, sendo uma própria, localizada no município de Turvo e outra da Celesc no município de Maracajá.

2 Ligação de Consumidores

No ano de 2020, foram realizadas 395 novas ligações o que representou um aumento 8,22% em relação ao ano anterior. Estas ligações estão divididas por classe de consumo e serão apresentadas a seguir:

Ligação de Consumidores					
Classe	2020	2019	2018	2017	2016
Residencial	155	111	233	243	244
Industrial	101	101	81	70	84
Comercial	63	87	59	66	41
Rural	66	58	80	81	95
Poderes Públicos	7	6	7	4	12
Iluminação Pública	-	2	-	31	51
Serviço Público	3	-	1	2	1
Consumo Próprio	-	-	-	-	1
Total	395	365	461	497	529
Varição	8,22%	(20,82%)	(7,24%)	(6,05%)	(12,85%)

Enfatizamos que na classe industrial abrange também as ligações feitas para as construções civis e após o término destas, as mesmas são reclassificadas para sua devida classe consumidoras.

3 Mercado de energia elétrica

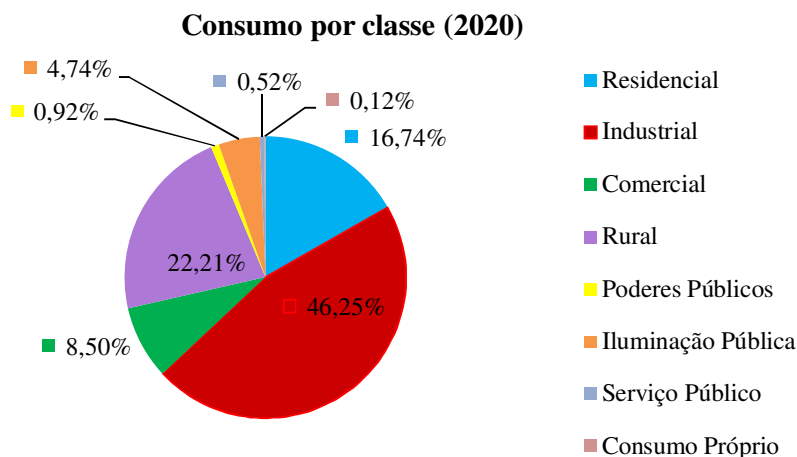
O faturamento de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa no ano de 2020 foi de 137.547,47 MWh, tendo apresentado um aumento de 2,74% em relação a 2019.

As classes que mais consumiram energia elétrica no ano foram a industrial e rural, utilizando 63.621,54 e 30.552,59 MWh respectivamente.

A seguir, são apresentados resultados sobre os valores faturados de energia e sua variação no período.

Consumo de Energia (MWh)					
Classe	2020	2019	2018	2017	2016
Residencial	23.022	21.800	20.521	20.067	19.438
Industrial	63.622	62.464	63.862	71.000	76.125
Comercial	11.686	11.701	11.634	11.433	10.711
Rural	30.553	29.144	28.695	30.017	28.294
Poderes Públicos	1.258	1.829	1.761	1.661	1.627
Iluminação Pública	6.522	6.271	6.100	5.970	5.723
Serviço Público	716	498	409	345	353
Consumo Próprio	168	177	215	187	167
Total	137.547	133.884	133.197	140.680	142.438
Variação	2,74%	0,52%	(5,32%)	(1,23%)	(1,17%)

Abaixo gráfico representativo da tabela.



3.1 Balanço energético

Balanço Energético (dados em KWh medidos)					
	2016	2017	2018	2019	2020
1 – Injeção de Energia	155.748.047	150.871.503	143.406.797	144.789.604	146.734.459
1.1 – A3 (Subestação Turvo)	153.099.450	148.986.143	141.761.253	142.306.606	143.373.414
1.2 – A4 (Subestação Maracajá)	2.644.717	1.872.991	1.635.533	2.031.175	2.557.612
1.3 – Grupo B (Microgeração)	3.880	12.369	10.011	451.822	803.432
2 – Fornecimento de Energia	141.326.577	139.533.877	132.006.946	132.660.731	136.299.400
2.1 – Mercado Cativo	141.326.577	139.118.018	131.501.675	132.660.731	136.299.400
2.1.1 – Grupo A4	66.101.842	69.914.454	62.721.026	61.606.246	62.608.377
2.1.2 – Grupo B	75.224.735	69.203.564	68.780.649	71.054.485	73.691.023
2.2 – Outros Agentes de Distr.	0	415.859	505.273	0	0
2.3 – Consumidores Livres	0	0	0	0	0
2.4 – Consum. Redes Básicas	0	0	0	0	0
3 – Perdas Totais	14.421.472	11.337.626	11.399.851	12.128.873	10.435.059
3.1 – Rede Básica	0	0	0	0	0
3.2 – Transmissão	0	0	0	0	0
3.3 – Distribuição	14.421.470	11.337.626	11.399.851	12.128.873	10.435.059
3.3.1 – Perdas Técnicas	11.942.536	9.924.006	9.945.265	10.556.036	9.078.502
3.3.2 – Perdas não Técnicas	2.478.934	1.413.620	1.454.586	1.572.837	1.356.557

3.2 Perdas

A Cersul mantém atenção permanente sobre o controle das perdas técnicas de energia. No ano de 2020 as perdas globais representaram 7,11% da energia injetada no sistema da cooperativa.

Perdas de energia (dados em kWh medidos)					
Energia injetada	Energia fornecida	Perdas	Perdas %		
146.734.459	136.299.400	10.435.059	7,11		
Perdas de Energia (dados medidos)					
	2016	2017	2018	2019	2020
1 - Perdas Totais	9,26%	7,51%	7,95%	8,38%	7,11%
1.1 - Perdas Técnicas	7,66%	6,58%	6,94%	7,29%	6,19%
1.2 - Perdas não Técnicas	1,59%	0,94%	1,01%	1,09%	0,92%

4 Ingressos por classe de consumo

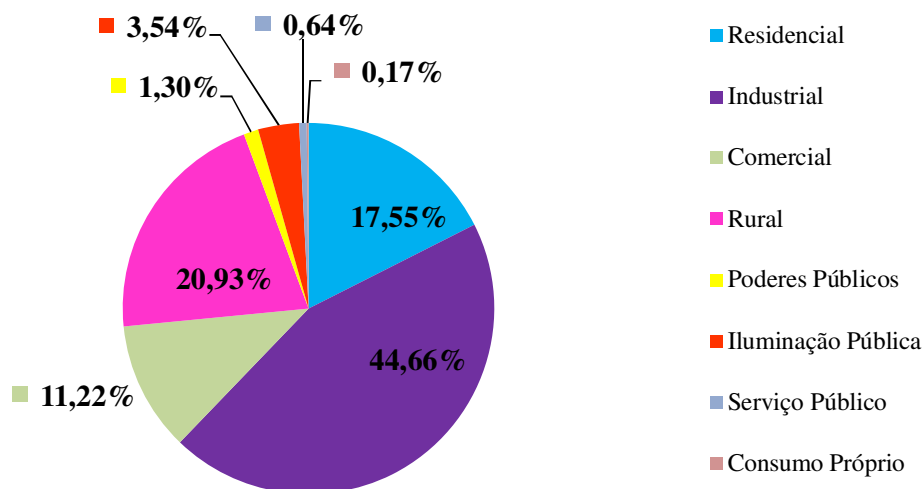
As classes de consumo que mais contribuíram com ingressos pelo fornecimento de energia elétrica no ano foram a industrial e a rural. A classe industrial consumiu o valor de R\$ 25.768.863,12, e a classe rural R\$ 12.072.876,42.

A seguir são apresentados resultados sobre os ingressos decorrentes do fornecimento de energia elétrica e sua variação no período por classe de consumo:

Ingressos por classe de consumo - R\$ mil			
Classe	2020	2019	Variação %
Residencial	10.123	9.244	9,51
Industrial	25.769	24.651	4,54
Comercial	6.473	5.936	9,05
Rural	12.073	9.775	23,51
Poderes Públicos	749	975	(23,18)
Iluminação Pública	2.044	1.796	13,81
Serviço Público	367	200	83,5
Consumo Próprio	96	91	5,49
Total	57.694	52.668	9,54

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Igressos por classe (2020)

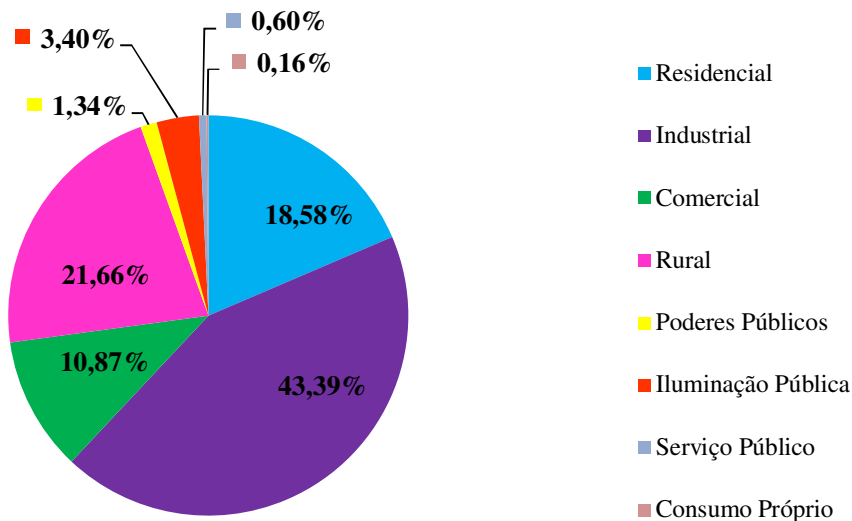


O ingresso decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 44.694.685,90 conforme quadro a seguir:

Ingressos por classe de consumo líquida de ICMS - R\$ mil			
Classe	2020	2019	Variação %
Residencial	8.306	7.565	9,80
Industrial	19.393	18.368	5,58
Comercial	4.856	4.422	9,81
Rural	9.679	7.947	21,79
Poderes Públicos	599	781	(23,30)
Iluminação Pública	1.522	1.326	14,78
Serviço Público	268	165	62,44
Consumo Próprio	72	68	5,88
Total	44.695	40.642	9,97

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Ingressos por classe - 2020 (Líquida ICMS)



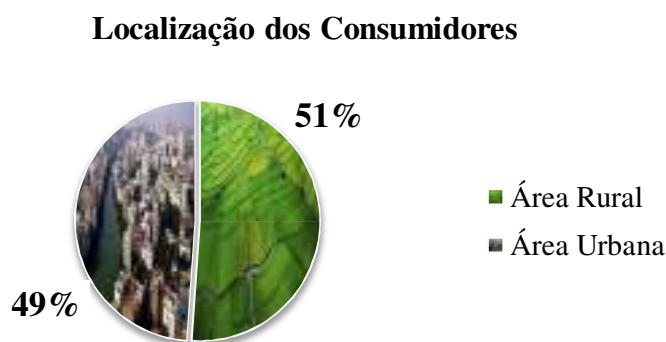
Em 2020 o ingresso decorrente da cobrança das bandeiras tarifárias foi de 658.668,34 reais.

5 Unidades consumidoras

Em dezembro de 2020, o número de unidades consumidoras chegou a 18.173, representando um aumento de 2,97% em relação a dezembro de 2019, esse número é obtido através da análise das coordenadas geográficas e quantidades de medidores instalados na rede, independente se os medidores estejam desligados temporariamente. Segue tabela demonstrativa:

Localização dos Consumidores	%	2020	%	2019	Varição %
Área Rural	51,11	9.289	51,20	9.036	1,85
Área Urbana	48,89	8.884	48,80	8.612	1,02
TOTAL	100	18.173	100	17.648	1,44

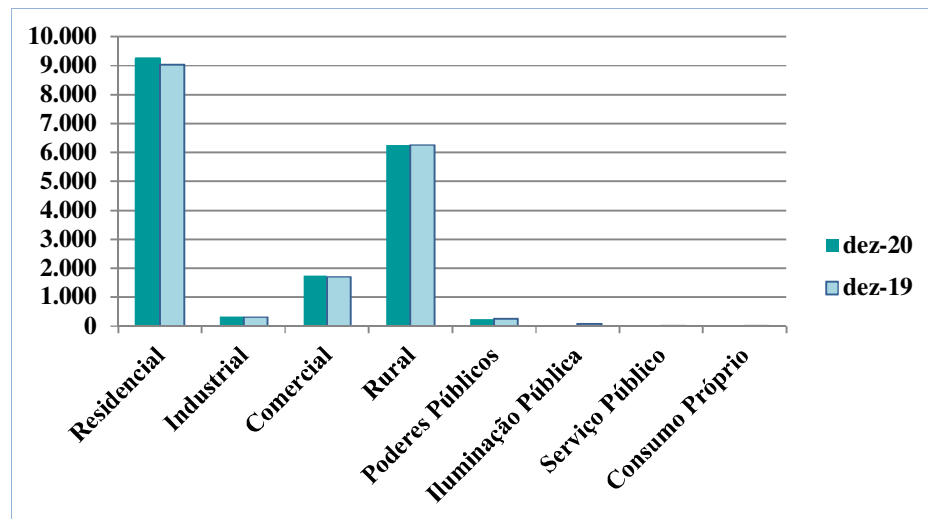
Abaixo gráfico representativo da tabela:



A seguir será demonstrado o número de unidades consumidoras por classe, apurados de acordo com o levantamento dos dados de faturamento do ano de 2020:

Número de unidades consumidoras por classe		
Classe	Dez/2020	Dez/2019
Residencial	9.250	9.034
Industrial	330	312
Comercial	1.758	1.701
Rural	6.262	6.255
Poderes Públicos	242	243
Iluminação Pública	17	79
Serviço Público	30	25
Consumo Próprio	8	8
Total	17.835	17.657

Gráfico representativo da tabela:



6 Processos tarifários

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Reajuste Tarifário homologado pela resolução nº 2.784 de 30/09/2020, calculou a receita requerida da cooperativa para o ciclo 2020/2021 onde as tarifas de fornecimento foram reajustadas em média 5,56%, sendo 2,63% para o Grupo A e 7,95% para o Grupo B.

A receita requerida é obtida pela soma da parcela A (não gerenciável pela cooperativa) e a parcela B (gerenciada pela cooperativa).

A parcela A é composta por:

- Compra de energia;
- Transporte de energia;
- Encargos setoriais.

A parcela B é composta por:

- Custo operacional;
- Depreciação;
- Investimentos.

Na tabela abaixo é apresentado o reajuste médio por tarifa homologada em 2020:

Tarifa	Reajuste
A4	2,63%
B1	4,93%
B2	13,21%
B3	4,93%
B4	4,93%

Cabe ressaltar que o aumento na tarifa B2 foi mais significativo devido ao decreto do Governo Federal nº 9642/2018.

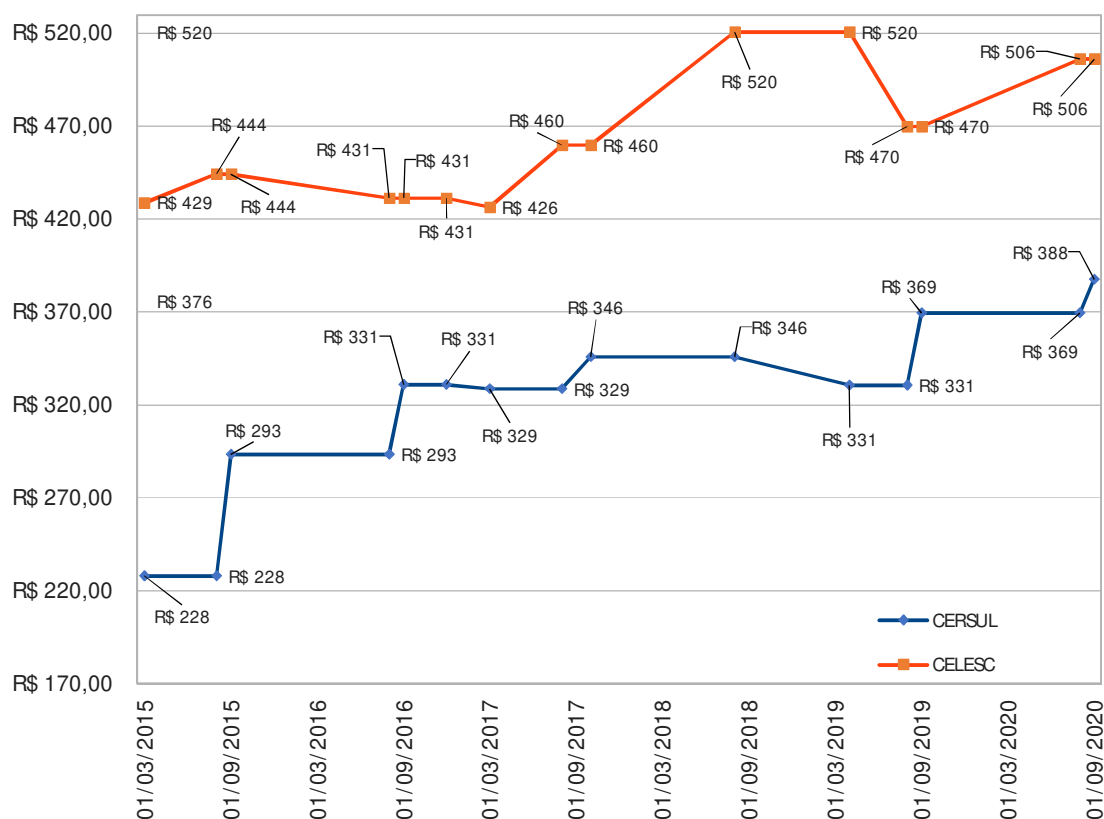
Abaixo são apresentadas as tarifas praticadas pela Cersul (sem impostos), considerando o desconto concedido pela atual direção de 12% para a classe residencial e 50% para a subclasse baixa renda.

Grupo B	Tarifas (sem Impostos) (R\$/kWh)
B1 – Residencial	
Convencional	R\$ 0,38766
Branca Ponta	R\$ 0,88852
Branca Intermediária	R\$ 0,60394
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,31939
B1 – Residencial Baixa Renda	
Baixa Renda até 30 kWh	R\$ 0,06597
Baixa Renda de 31 a 100 kWh	R\$ 0,11309
Baixa Renda de 101 a 220 kWh	R\$ 0,16963
Baixa Renda acima de 221 kWh	R\$ 0,18848
B2 – Rural	
Convencional	R\$ 0,36124
Branca Ponta	R\$ 0,78253
Branca Intermediária	R\$ 0,52758
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,27263
B3 – Água, Esgoto e Saneamento	(Desconto 9%)
Convencional	R\$ 0,40087
Branca Ponta	R\$ 0,98835
Branca Intermediária	R\$ 0,65742
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,32654
B3 – Comercial - Industrial - Poder Público - Consumo Próprio	
Convencional	R\$ 0,44052
Branca Ponta	R\$ 1,08610
Branca Intermediária	R\$ 0,72244
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,35884
B4 – Iluminação Pública	
B4a – Rede	R\$ 0,24229
B4b – Bulbo	R\$ 0,26432

Grupo A	Tarifas (sem Impostos) (R\$/kWh)
Tarifa Horária Verde	
Demanda (kW)	R\$ 22,45
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 1,82095
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,16448
Tarifa Horária Azul	
Demanda Ponta (kW)	R\$ 68,87
Demanda Fora Ponta (kW)	R\$ 22,45
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 0,16448
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,16448

No gráfico abaixo é apresentada a evolução da tarifa B1(residencial) da Cersul, em comparação com a da Celesc.

Comparativo de tarifas CERSUL/ CELESC (MWh)



É possível perceber pelo gráfico que a Cersul tem procurado oferecer uma tarifa menor que a da distribuidora Celesc, a qual detém a concessão na grande parte do Estado de Santa Catarina.

Vale ressaltar que no ano de 2020 a ANEEL disponibilizou empréstimos as distribuidoras que sofreram com a pandemia de Coronavírus. Sendo que a Cersul não se utilizou de tal empréstimo e conseguiu aplicar um reajuste médio de 5,56%, valor esse inferior ao da Celesc de 8,14%. Ressalta-se ainda que a Celesc contraiu o empréstimo, pois do contrário, estima-se que o seu reajuste seria em torno de 15%.

7 Qualidade do fornecimento

Os três principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por conjunto); o FEC (frequência equivalente de interrupções por conjunto) e o TMAE (tempo médio de execução de interrupções emergenciais). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir.

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)			
ANO	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	TMAE (minutos)
2015	6,31	7,85	56,75
2016	7,08	6,06	79,04
2017	5,71	5,26	84,80
2018	2,63	3,21	71,16
2019	2,39	3,15	90,17
2020	3,90	4,39	95,57

8 Atendimento ao consumidor

A Cersul possui seis postos de atendimento ao consumidor com dias e horários diferenciados, sendo estes:

- ✓ Turvo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Meleiro - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Timbé do Sul - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Morro Grande - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30.
- ✓ Ermo - Segunda, quarta e sexta – horário: 07:30 as 11:30.
- ✓ Maracajá - Segunda a sexta – Horário: 07:30 as 11:30.

Além dos postos de atendimento, a Cersul dispõe dos serviços: Telecomunicação gratuito (0800-643-1920); Aplicativo “Cersul Mobile” para registro de ocorrências e acesso de

dados pelos consumidores e por último a agência virtual através do site: www.cersul.com.br para aproximar e facilitar cada vez mais o contato entre os associados/consumidores à Cooperativa.

Apresentamos os atendimentos realizados no ano de 2020, que totalizaram aproximadamente 91.287:

- ✓ 26.963 - Presenciais nos postos de atendimento;
- ✓ 15.195 - Atendimentos através do call center (0800);
- ✓ 48.914 - Através da agência virtual, site e aplicativo;
- ✓ 215 - Outros tipos de atendimentos.

9 Pós-Atendimento ao consumidor

9.1 Pesquisa de Pós-Atendimento

Essa pesquisa teve início em de março de 2018 e tem por finalidade avaliar a satisfação dos serviços prestados aos consumidores. A pesquisa consiste em ligar para o consumidor para que o mesmo avalie o atendimento, o prazo de execução e a realização dos serviços prestados pela Cersul, para que assim a empresa possa realiza ações de melhorias nos processos internos.

9.2 Pesquisa de Satisfação do “Tratamento das Reclamações Comerciais”

Essa pesquisa tem por finalidade o acompanhamento da satisfação do consumidor quanto ao registro de sua reclamação na Cersul. Ela também é realizada através de contato telefônico após sua conclusão.

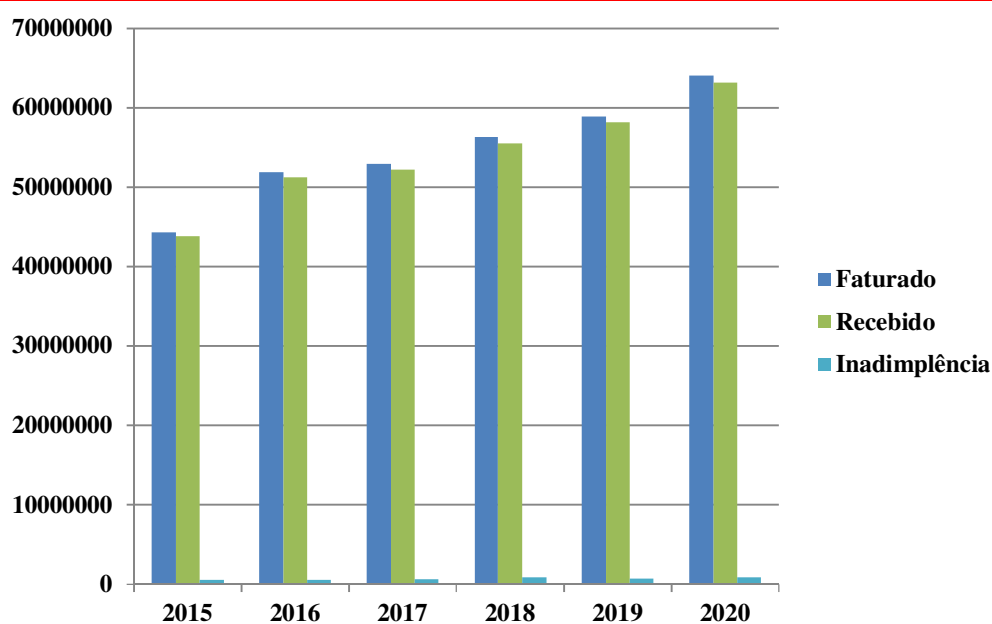
10 Cobrança

O índice de inadimplência anual dos consumidores da Cersul é calculado considerando todas as faturas vencidas no ano e que não foram quitadas até 31/12/2020. O valor de inadimplência anual em 2020 atingiu o montante de R\$ 921.091,54 resultando em um índice de 1,44%.

Na tabela a seguir será apresentado um comparativo dos valores faturados, recebidos e de inadimplência entre os anos de 2015 a 2020.

ANO	Faturado (R\$)	Recebido (R\$)	Inadimplência (R\$)	Diferença (%)
2015	44.409.736,53	43.825.299,37	584.437,16	1,32
2016	51.905.844,82	51.295.993,12	609.851,70	1,17
2017	52.903.943,06	52.230.722,50	673.220,56	1,27
2018	56.371.902,78	55.504.989,18	866.913,60	1,56
2019	58.912.995,92	58.188.275,08	724.720,84	1,23
2020	64.063.688,55	63.142.597,01	921.091,54	1,44

A seguir o gráfico representativo da tabela.



11 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de uma Permissionária de Energia Elétrica depende do suporte adequado da Tecnologia da Informação (TI), onde facilita e auxilia nos processos e tomada de decisões. Mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (vídeo, voz e dados) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Durante o ano de 2020, houveram os seguintes investimentos:

- Desenvolvido aplicativo “Cersul Mobile”, para facilitar o acesso dos associados à sua conta de dados;

- Disponibilizado o “Portal da Transparência” no site da Cersul;
- Instalado novos serviços de telefonia para o 0800 e atendimento digital para os associados;
- Substituição do sistema de monitoramento da subestação e adição de alarme perimetral;
- Instalado sistema e novos equipamentos para coleta de ponto de seus colaboradores;
- Aquisição de licença de software de backup e implementação dos serviços de backup para estrutura da Cersul;
- Projeto e execução para substituição do formato da frequência dos rádios veiculares, trocado de analógico para digital.

Foram também adquiridas licenças de software, novos computadores, impressora, impressoras de faturas, celulares para leitura a fim efetuar a atualização dos equipamentos utilizados e eventual depreciação pelo uso.

12 Desempenho econômico-financeiro

12.1 Ingresso operacional bruto

Em 2020, os ingressos decorrentes do fornecimento de energia, serviços, doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço público atingiram o valor de R\$ 73.894.014,36 que representou um aumento de 4,30% se comparado ao ano de 2019.

12.2 Ingresso operacional líquido

Em 2020, o Ingresso Operacional Líquido, que é obtido após a dedução dos tributos e encargos setoriais atingiu o montante de R\$ 53.023.847,81, representando 2,69% de aumento em relação a 2019.

12.3 Sobra líquida

A Cersul encerrou o Exercício Social de 2020 com sobra líquida de R\$ 7.910.367,11, valor este 52,57% superior ao realizado no ano anterior. O resultado positivo ocorreu principalmente pelo aumento da tarifa no custo do sistema de distribuição e redução do custo de serviço de energia elétrica.

Indicadores contábeis

Em R\$:	2020	2019	Variação%
Ingresso operacional	73.894.014,36	70.849.930,69	4,30
Deduções do ingresso	20.870.166,55	19.215.615,36	8,61
Ingresso operacional líquido	53.023.847,81	51.634.315,33	2,69
Custos do serviço de energia elétrica	44.931.730,79	46.676.508,63	(3,74)
Sobra bruta	8.092.117,02	4.957.806,70	63,22
IRPJ/CSLL s/ato não cooperativo	100.996,87	130.521,36	(22,62)
Sobra líquida	7.910.367,11	5.184.893,01	52,57
Patrimônio líquido	97.799.213,13	88.947.876,11	9,95

Índices econômicos financeiros

	2020	2019	Variação	Conceito	Parâmetro
Liquidez Corrente	4,04	4,57	(11,60 %)	Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante.
Liquidez Geral	6,02	10,27	(41,38 %)	Capacidade do pagamento de dívida em longo prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa tem disponível no ativo circulante e no realizável em longo prazo.
Endividamento Total (%)	9,00	9,75	(7,69 %)	Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores.	Quanto menor melhor.
Rentabilidade S/ patrimônio (%)	8,09	5,83	38,77 %	Representa a remuneração do capital próprio, indicador final da rentabilidade.	Quanto maior melhor.

13 Investimentos

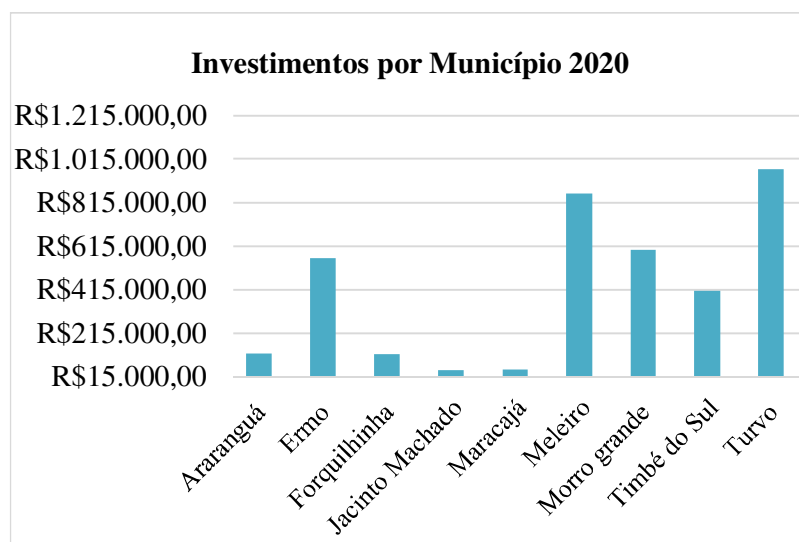
No ano de 2020 os investimentos foram realizados conforme os respectivos recursos destinados. As imobilizações da Cersul alcançaram o valor de 4.062.538,08 reais. No quadro abaixo verificamos imobilizações realizadas.

Imobilizações em 2020 - R\$	
Linhas e redes de distribuição	3.727.698,15
Sistema de Medição	253.832,51
Máquinas e Equipamentos	47.514,47
Software	31.279,94
Móveis e Utensílios	2.213,01
Total	4.062.538,08

A seguir, detalhamento dos investimentos em linhas e redes por município:

Investimento em linhas e redes por município 2020 - R\$	
Ermo	559.154,72
Maracajá	48.535,99
Morro Grande	596.431,70
Timbé do Sul	410.046,80
Meleiro	857.370,58
Turvo	969.201,52
Araranguá	121.830,94
Forquilha	120.530,94
Jacinto Machado	44.594,96
Total	3.727.698,15

Abaixo gráfico representativo da tabela.



Além dos investimentos acima citados também investimos na nova Linha de Distribuição de 69 kV que está sendo construída a partir do município de Forquilha e virá até nossa Subestação em Turvo. O valor desembolsado até o momento é de R\$ 20.138.050,31, sendo R\$ 6.784.080,10 no ano de 2019 e R\$ 13.353.970,21 no ano de 2020.

Para 2021, a previsão é investir aproximadamente 8.706.327,55 reais, conforme quadros a seguir.

Investimentos por municípios para 2021 - R\$	
Ermo	162.564,37
Maracajá	35.000,00
Timbé do Sul	320.000,00
Meleiro	742.626,64
Turvo	556.155,42
Forquilha – Turvo (Linha 69kV)	4.700.000,00
Total	6.516.346,43

Demais investimentos para 2021 – R\$	
Investimentos em redes de média e baixa tensão	1.950.000,00
Medições Novas Polifásicas e Monofásicas	223.716,62
Medições Novas do grupo A4	16.264,50
Total	2.189.981,12

Principais obras para 2021:

OBRA	LOCAL	Valor (R\$)
Conclusão Linha de Distribuição 69 kV	Turvo	4.700.000,00
Ampliação/Reforma de rede - Recondutoramento entre o Centro de Ermo até a localidade de Morro do Ermo	Ermo	50.000,00
Expansão/Reforma de rede próximo ao acesso norte de Maracajá	Maracajá	35.000,00
Ampliação/Reforma de rede com cabos compactos no Centro de Meleiro	Meleiro	578.525,00
Ampliação/Reforma de rede na localidade de Linha Zenke	Meleiro	66.000,00
Expansão/Reforma de rede na localidade Serra Velha	Timbé do Sul	125.000,00

Expansão/Reforma de rede na localidade de Vila Belmiro	Timbé do Sul	195.000,00
Expansão/Reforma de rede na localidade de Morro Azul	Turvo	145.000,00
Expansão/Reforma de rede centro do Turvo até a localidade de São Felipe	Turvo	78.000,00
Expansão/Reforma de rede na localidade de Linha Jundiá	Turvo	100.000,00
Expansão/Reforma de rede na localidade de Rio Aparecida	Turvo	61.575,94
Expansão/Reforma de rede na localidade de Turvo Baixo - Parte 1	Turvo	171.579,48
Expansão/Reforma de rede na localidade de Soares - Ciclovía	Ermo	112.564,37
Expansão de Rede na localidade de Novo Paraiso	Meleiro	98.101,64
TOTAL		6.516.346,43

13.1 Técnico

No planejamento para 2021 iremos investir na compra de 168 medidores com a função de qualidade de energia para atender às exigências da ANEEL, os quais irão registrar a qualidade do fornecimento de energia elétrica da Cersul, com orçamento previsto de R\$ 252.000,00. Também será investido na compra de 100 modems para fazer leituras remotas destes medidores, com valor previsto de R\$ 75.000,00.

Pretende-se ainda fazer a aquisição de dois testadores de medidores portáteis (para substituir o utilizado atualmente) que fará os testes necessários em medidores em campo e que também atenderá a portaria do INMETRO, com investimento previsto de R\$ 18.000,00.

Ainda para o ano de 2021 prevemos a compra de regulares de tensão em substituição aos já existentes que estão no final da vida útil. Os novos reguladores de tensão são mais modernos, com maior precisão nos ajustes do nível de tensão, e permitem a automação, com controle remoto e telemedição, com previsão de investimento de R\$ 600.000,00. Também se intenciona a substituição de 2 religadores que se encontram no final da vida útil no valor aproximado de R\$ 120.000,00.

No que diz respeito a comunicação com os religadores e reguladores, todo o sistema de telegestão destes equipamentos de campo, terão sua forma de comunicação alterada de 3G para fibra óptica. Dessa forma o controle e supervisão se tornará mais preciso e confiável, investimento previsto de R\$ 45.000,00.

13.2 Operacional

Em 2020 foi adquirida uma nova broca perfuratriz hidráulica no valor de R\$ 8.641,79 para o caminhão de construção e manutenção de redes locado em Turvo. Com essa nova broca, conseguimos abrir cavas com maior precisão e dessa forma, afetar menos o ambiente ao redor da obra. Ainda, foram adquiridas uma nova parafusadeira, um equipamento para corte de pedra e ferro, duas novas motosserras, dois novos tablets para operação e registro dos serviços e uma nova impressora portátil para leitura e emissão de faturas, totalizando o valor investido de R\$ 17.714,80.

Para 2021 está previsto a aquisição de duas novas camionetes Toyota Hilux em substituição as atuais. Essas camionetes serão utilizadas para atendimento a ocorrências de faltas de energia e apoio às equipes de operação e manutenção de rede, o valor estimado é de R\$ 340.000,00.

Também pretende-se adquirir um novo caminhão Volkswagen (VW) 17/260 e um guindauto para equipá-lo totalizando a quantia de R\$ 580.000,00.

13.3 Expansão e melhoria de redes de distribuição

Devido ao crescimento do mercado e visando a melhoria contínua de nossas redes de distribuição de energia elétrica e para o atendimento adequado aos associado-consumidores a Cooperativa realizou no ano de 2020 o total de 95.338 metros em obras de expansão e melhoria em redes de média tensão (MT) e baixa tensão (BT), além da instalação de 204 transformadores.

Turvo

- ✓ Localidade Vila São José: AT: 1.500m e BT: 1.000m.
- ✓ Localidade Linha Jundiá: AT: 1.200m e BT: 400m.
- ✓ Localidade Rio Aparecida: AT: 1.000m e BT: 600m.

Meleiro

- ✓ Localidade Vila União: AT: 3.100m e BT: 1.500m.
- ✓ Localidade Tirilo: AT: 1.600m e BT: 900m.

Morro Grande

- ✓ Localidade Três Barras: AT: 1.000m e BT: 100m.
- ✓ Bairro Centro: AT: 1.200m e BT: 1.100m.

Ermo

- ✓ Localidade Morro do Ermo - Vista Alegre: AT: 3.500m e BT: 2.200m.

Araranguá

- ✓ Localidade Costa da Lagoa: AT: 1.000m e BT: 500m.

Segue abaixo imagens das redes mencionadas anteriormente:



Imagem 01: São José – Turvo



Imagem 02: Linha Jundiá – Turvo



Imagem 03: Rio Aparecida - Turvo



Imagem 04: Vila União – Meleiro



Imagem 05: Tirilo – Meleiro



Imagem 06: Três Barras – Morro Grande



Imagem 07: Centro – Morro Grande



Imagem 08: Morro do Ermo à Vista Alegre – Ermo



Imagem 09: Costa da Lagoa - Araranguá

13.4 Nova Linha de Distribuição 69 kV

Em fevereiro de 2020 deu-se início a construção da linha de distribuição de 69kv da subestação da IESUL, localizada na comunidade de Santa Rosa no município de Forquilha, até a subestação da Cersul, localizada na comunidade de São Peregrino no município de Turvo.

Em dezembro de 2020 a nova linha de distribuição chegou a 75% da obra concluída, a seguir os principais serviços executados:

- Execução das fundações: 130 unidades;
- Transporte e montagens de postes: 48 estruturas;
- Lançamento de cabos: 3,74 km (Entre as localidades de Santa Rosa e Sanga do Café do município de Forquilha);
- Montagem de cadeia de isoladores: 468 unidades;
- Instalação de amortecedores de vibração: 38 estruturas.

Foram gastos até dezembro de 2020 do projeto em execução da linha 69 kV em materiais e serviços o valor de R\$ 20.131.050,31.

Seguem imagens da construção da nova Linha de Distribuição.



Imagem 10: Escavação Estrutura



Imagem 11: Montagem da estrutura



Imagem 12: Montagem da estrutura



Imagem 13: Estrutura



Imagem 14: Montagem da estrutura

13.5 Captação de recursos

Os investimentos de 2020 foram realizados todos com recursos próprios.

14 Composição acionária

O Capital Social da Cersul, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 176.274,00, representado por cotas-partes de 18.273 associados com direito a 1 (um) voto cada, independentemente do número de cotas que o mesmo tenha adquirido, conforme reza o Estatuto Social.

Abaixo são apresentados resultados sobre a evolução do número de associados da Cooperativa e sua variação no período.

Número de associados		
2020	2019	Variação % 2020-2019
18.273	17.687	3,31

15 Gestão da qualidade

Durante os dias 28, 29 e 30 de outubro de 2020 a Cersul passou por uma nova auditoria externa de recertificação com a empresa DQS. Na visita, os auditores não encontraram nenhuma não conformidade que pudesse afetar o desenvolvimento das tarefas executadas, com isso a cooperativa mantém por mais três anos o certificado. Isso é fruto de um trabalho que vem sendo feito desde 2010 com auditorias internas e reuniões mensais com os coordenadores, gerentes e presidente.

16.1 Recursos humanos

A cooperativa possui um setor específico e organizado de gestão de pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (agregar, aplicar, manter, desenvolver e monitorar) de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável.

A Cersul, durante o ano de 2020, admitiu 10 novos colaboradores e no mesmo período, 9 desligaram-se da cooperativa que encerrou o ano com um total de 109 colaboradores, sendo 103 ativos, 5 inativos e 1 representante sindical.

Entre os benefícios concedidos pela Cersul aos seus colaboradores, além dos previstos pela legislação destacam-se: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

16.2 Saúde e segurança no ambiente de trabalho

16.2.1 Saúde

Em 2020 a empresa disponibilizou 100% do valor da vacina H1N1 aos colaboradores totalizando o investimento de R\$ 8.000,00.

No mês de março iniciou-se o trabalho de prevenção e cuidado contra a pandemia COVID-19, realizado os seguintes trabalhos:

- ✓ Divulgação de material informativo e educativo através de mural, e-mail e mídias sociais;
- ✓ Instalação de cartazes e banners, em diversos locais, com informações educativas sobre: (a) higienização das mãos; (b) etiqueta respiratória para tosse e espirros; (c) evitar contatos interpessoais (como por exemplo aperto de mão); (d) evitar compartilhar objetos pessoais (como por exemplo canetas, pranchetas e telefones, copos, talheres, etc.); (e) evitar utilização de adornos (como por exemplo anéis, pulseiras, relógio, brincos, etc.);
- ✓ Sinalização e controles para afastamento nas entradas e no atendimento;
- ✓ Antecipação de férias e afastamento dos funcionários pertencentes ao grupo de risco;
- ✓ Incentivo de suspensão de atendimento presencial de clientes com ampliação de atendimento remoto;
- ✓ Adequação dos locais de trabalho para que ficassem bem ventilados, com o incentivo do uso de janelas e portas abertas;

- ✓ Disponibilizados dispensadores com álcool em gel 70% para a higiene das mãos, nos locais de trabalho, pontos eletrônicos, veículos, etc.;
- ✓ Reforço na limpeza e desinfecção de objetos e superfícies existentes nos ambientes de trabalho tocados com frequência (incluindo corrimãos, maçanetas, interruptores de luz, elevador, materiais de escritório, bancadas, cadeiras, equipamentos, computadores, teclados, celulares, etc.);
- ✓ Instalado barreiras e anteparos de acrílico transparente nos locais de trabalho em que os trabalhadores precisem ter contato face a face, próximo com clientes;
- ✓ Totens de álcool gel nas entradas dos escritórios de atendimento aos clientes;
- ✓ Fornecimento de máscaras de proteção aos trabalhadores e visitantes;
- ✓ Fornecimento e reposição os equipamentos de proteção individual e obrigação do uso, especialmente máscara para trabalhadores e clientes, sem prejuízo dos EPI inerentes aos riscos da tarefa executada;
- ✓ Suspensão de atividades e reuniões presenciais;
- ✓ Suspensão do atendimento presencial de fornecedores;
- ✓ Aquisição de termômetro laser para verificação de temperatura;
- ✓ Criado e divulgado os protocolos para identificação e encaminhamento de trabalhadores com suspeita de contaminação pelo novo Coronavírus antes de ingressar no ambiente de trabalho, afastando das atividades laborais, por medida de segurança, os trabalhadores que apresentasse sintomas de infecção respiratória, tais como febre, tosse, falta de ar, coriza com testes custeados pela Cersul.

16.2.2 Segurança no ambiente de trabalho

A sobriedade e seriedade do trabalho desenvolvido pela Cersul também é traduzido pelos uniformes usados por seus colaboradores. É pensando sempre na qualidade e boa apresentação de seus funcionários é que a cooperativa investiu no ano de 2020 o valor de R\$ 33.429,56 em uniformes.

Os Equipamentos de Proteção, tanto de forma Individual como coletiva, são produtos utilizados pelos trabalhadores, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde. Os tipos de EPI's e EPC's utilizados podem variar dependendo do tipo de

atividade ou de riscos e da parte do corpo que se pretende proteger. Prezando sempre pela segurança de seus colaboradores a Cersul investiu no ano de 2020 o valor de R\$ 42.843,24 em equipamentos de proteção.

A Cersul terceiriza a elaboração dos laudos técnicos na área de segurança com a empresa COSET e realiza os procedimentos relacionados com medicina do trabalho através da Dr^a Giani Micheli Frare Peck.

No ano de 2020 não houve eleição para a nova Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, prorrogando o mandato da equipe eleita no ano anterior. Essa decisão ocorreu devido aos protocolos de cuidados em decorrência a pandemia do COVID-19.

16.3 Desenvolvimento profissional

A Cersul em parceria com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) e OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), auxilia seus colaboradores investindo na sua qualificação profissional, através de treinamentos, palestras e cursos, para o desenvolvimento de habilidades e competências, assim melhorando o seu desempenho funcional.



Imagem 16: Treinamento NR10 Linha Viva



Imagem 17: Treinamento de atendimento comercial



Imagem 18: Treinamento empreendedorismo feminino/ Palestra dia das Mulheres

A Cersul conta também com o auxílio do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) para incentivar seus funcionários com cursos técnicos, graduações e especializações, no último ano 4 colaboradores das áreas afins da cooperativa foram cadastrados e receberam auxílio do SESCOOP para pagamento dos cursos.

O programa jovem e menor aprendiz é obrigatório por lei para todas as empresas com mais de trinta funcionários. A Cersul, atualmente através de um contrato firmado com o CIEE e SESCOOP, tem em seu quadro funcional 2 menores aprendizes e um jovem aprendiz.

16.4 Responsabilidade Social

Em prol das comunidades da área de atuação da permissionária, foram mantidos os convênios com as associações e hospitais da região para arrecadações mensais, pagas por seus associados via fatura de energia elétrica. Foi arrecadado a quantia de 3.468.061,00 de reais que foi repassado para essas entidades, sem custo algum para as mesmas.

A Cersul realiza o gerenciamento de seus impactos, controlando, prevenindo e compensando adversidades que estão situadas nas áreas onde ocorrem as operações e manutenção de suas redes de distribuição.

16.5 Projetos Sociais

No ano de 2020, em cumprimento dos protocolos de prevenção contra a COVID-19, a Cersul não realizou os projetos sociais previstos. Em solidariedade ao combate da pandemia foram feitas doações para os hospitais conseguirem adquirir equipamentos necessários para o tratamento da doença. Foram doados o valor total de R\$ 150.000,00, divididos de forma igual aos hospitais de Turvo, Meleiro e Timbé do Sul.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos associados que tiveram um papel fundamental neste período de sucesso da Cersul e aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio prestado. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Turvo, 20 de março de 2020.

Conselho de Administração.



Jonei Zanette
Presidente



Fábio Bardini
Vice-Presidente



Magno Bonfante
Secretário



Andrei Magagnin
Conselho de Administração



Carlos Alexandre Giusti
Conselho de Administração



Ivan de Lavechia de Vargas
Conselho de Administração



Noeli Neta Marcon
Conselho de Administração

2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS

2.1 – Balanço Patrimonial

ATIVO	NOTA	2020	2019
CIRCULANTE		27.453.308,88	32.414.736,08
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.983.641,53	14.342.492,98
Consumidores Associados	6	8.537.233,04	8.710.442,43
Tributos a recuperar	7	839.445,47	967.155,08
Estoques	8	5.354.574,68	4.919.479,48
Serviços em Curso	9	776.194,95	707.871,44
Ativos Regulatórios	10	1.377.586,51	1.332.370,01
Despesas de Exercícios Seguintes		103.479,62	116.554,50
Outras contas a Receber	11	1.481.153,08	1.318.370,16
NÃO CIRCULANTE		80.013.443,02	66.130.431,53
Impostos a Recuperar	7	151.215,80	316.346,87
Depósitos Judiciais		3.100,00	3.100,00
Ativo Indenizao (permissão)	12	30.610.985,06	28.118.432,82
INVESTIMENTOS		561.635,49	500.501,51
Participações societárias Permanentes	13	561.635,49	500.501,51
IMOBILIZADO	12	60.447,84	60.447,84
INTANGÍVEL	12	48.626.058,83	37.131.602,49
TOTAL DO ATIVO		107.466.751,90	98.545.167,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

PASSIVO	NOTA	2020	2019
CIRCULANTE		6.791.795,40	7.098.186,94
Fornecedores	14	435.878,86	201.923,04
Salários e ordenados a pagar	15	361.943,01	345.898,02
Impostos, taxas e contribuições	16	1.548.635,98	1.552.115,16
Sobras a Repassar - Geração		-	1.378.665,34
Taxas Regulamentares	17	1.270.258,14	1.169.838,06
Passivos Regulatórios	18	1.313.027,71	960.927,63
Provisão para férias	19	865.662,80	873.282,82
Outros Passivos Circulantes	20	996.388,90	615.536,87
NÃO CIRCULANTE		2.875.743,37	2.499.104,50
Impostos, taxas e contribuições	16	1.224,08	1.224,08
Processos Trabalhistas e Cíveis		43.759,50	122.388,22
Obrigações Vinculadas a Permissão		2.830.759,79	2.375.492,20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.799.213,13	88.947.876,17
CAPITAL SOCIAL		176.274,00	170.404,00
Capital social realizado		176.274,00	170.404,00
RESERVAS DE CAPITAL		1.232.761,15	8.513.001,97
Doações e subvenções		1.232.761,15	1.232.761,15
Outras Reservas de Capital		-	7.280.240,82
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		28.477,03	28.477,03
Ajuste de avaliação patrimonial		28.477,03	28.477,03
AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA		7.429.242,48	7.896.436,38
Ajuste de avaliação patrimonial		7.429.242,48	7.896.436,38
RESERVAS ESTATUTÁRIAS		85.277.259,55	69.584.046,90
Reserva legal		9.338.720,83	8.526.454,40
Fates		3.826.643,27	3.576.733,09
Reserva de Ampliação		72.111.895,45	35.787.981,74
Reserva de Sobras Revertidas		-	21.692.877,67
SOBRAS DO EXERCÍCIO		3.655.198,92	2.755.509,89
Sobras a disposição da AGO	24	3.655.198,92	2.755.509,89
TOTAL DO PASSIVO		107.466.751,90	98.545.167,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	2020	2019
INGRESSOS OPERACIONAIS		73.894.014,36	70.849.930,69
Forneimento de energia		24.745.841,74	28.451.660,47
Disponibilização do sistema de distribuição		33.299.198,58	27.111.988,18
Ativos e passivos financeiros setoriais		188.014,75	(686.160,18)
Serviços		1.453.886,92	1.531.698,56
Serviços cobráveis		24.708,49	30.097,43
Doações, contr. e subvenções vinc. ao serv. Público		14.182.363,88	14.410.646,23
DEDUÇÕES NOS INGRESSOS		(20.870.166,55)	(19.215.615,36)
Tributos e contribuições sobre a receita		(13.097.163,58)	(12.144.068,53)
Encargos do consumidor		(7.773.002,97)	(7.071.546,83)
INGRESSOS LÍQUIDOS		53.023.847,81	51.634.315,33
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(44.931.730,79)	(46.676.508,63)
Dispêndio com energia elétrica adquirida		(26.741.186,91)	(28.121.907,98)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(1.187.709,68)	(1.095.649,92)
Pessoal (inclui remuneração a administradores)		(8.768.100,43)	(9.568.368,70)
Material		(2.012.301,81)	(1.738.152,84)
Serviços de terceiros		(916.474,38)	(753.523,81)
Depreciação e amortização		(3.839.810,63)	(3.811.941,17)
Provisões		(52.257,41)	(138.803,67)
Seguros, tributos e aluguéis		(961.496,55)	(877.304,73)
Outros		(452.392,99)	(570.855,81)
SOBRA BRUTA		8.092.117,02	4.957.806,70
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS		824.866,63	1.266.442,37
Dispêndios financeiros		(187.197,07)	(84.243,73)
Ingressos financeiros		1.012.063,70	1.350.686,10
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS		(905.619,67)	(908.834,70)
SOBRAS ANTES DA CS E IR		8.011.363,98	5.315.414,37
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO		(100.996,87)	(130.521,36)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		7.910.367,11	5.184.893,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS (PERDAS) À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS	
					SOBRAS REVERTIDAS	FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE MANUTENÇÃO E MELHORIAS			TOTAIS
SALDOS 31/DEZ./18	164.641,00	1.232.761,15	7.280.240,82	8.484.950,82	19.120.976,87	8.038.571,62	3.165.771,76	33.836.450,64	64.161.770,89	2.571.900,80	83.896.265,48
1 - CAPITAL SOCIAL											
- Integralização de Cotas	5.933,00										5.933,00
- Devolução de Cotas	(170,00)										(170,00)
2 - AUMENTO DE RESERVAS											
- Destinações Legais e Estatutárias						467.882,78	550.812,33	1.951.531,10	2.990.226,21	(2.989.420,53)	805,68
- Destinações pela AGO									2.571.900,80	(2.571.900,80)	
3 - DIMINUIÇÃO DAS RESERVAS											
- Realização do FATES							(139.851,00)		(139.851,00)		(139.851,00)
- Realização do ajuste avaliação patrimonial				(560.037,41)						560.037,41	
4 - SOBRAS NO EXERCÍCIO										5.184.893,01	5.184.893,01
SALDOS 31/DEZ./19	170.404,00	1.232.761,15	7.280.240,82	7.924.913,41	21.692.877,67	8.526.454,40	3.576.733,09	35.787.981,74	65.584.046,90	2.755.509,89	88.947.876,17
1 - CAPITAL SOCIAL											
- Integralização de Cotas	6.161,00										6.161,00
- Devolução de Cotas	(291,00)										(291,00)
2 - AUMENTO DE RESERVAS											
- Destinações Legais e Estatutárias						812.266,43	662.946,46	3.249.065,71	4.724.280,60	(4.722.362,09)	1.918,51
- Destinações pela AGO										(2.755.509,89)	(2.755.509,89)
3 - DIMINUIÇÃO DAS RESERVAS											
- Realização do FATES							(413.038,38)		(413.038,38)		(413.038,38)
- Realização do ajuste avaliação patrimonial				(467.193,90)						467.193,90	
- Deliberação AGO			(7.280.240,82)		(21.692.877,67)			33.074.848,00	11.381.970,33		4.101.729,51
4 - SOBRAS NO EXERCÍCIO										7.910.367,11	7.910.367,11
SALDOS 31/DEZ./20	176.274,00	1.232.761,15		7.457.719,51		9.338.720,83	3.826.643,77	72.113.895,45	85.277.259,55	3.655.198,92	97.799.213,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.4 – Demonstrações do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.298.053,67	778.105,24
Sobras do exercício	7.910.367,11	5.184.893,01
Redução (Aumento) de consumidores associados	173.209,39	(1.941.253,67)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	292.840,68	89.215,20
Redução (Aumento) de estoques	(435.095,20)	(4.361.937,03)
Redução (Aumento) de adiantamentos	0,00	68.135,73
Redução (Aumento) de despesas exerc. seguintes	13.074,88	(25.175,76)
Redução (Aumento) de serviços em curso	(68.323,51)	(63.604,76)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(45.216,50)	682.474,75
Redução (Aumento) de outras contas a receber	(162.782,92)	(19.001,82)
Aumento (Redução) de fornecedores	233.955,82	(101.295,62)
Aumento (Redução) de salários a pagar	16.044,99	21.020,64
Aumento (Redução) de impostos, taxas e contribuições	(3.479,18)	329.183,00
Aumento (Redução) de provisão de férias	(7.620,02)	(20.687,87)
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	-100.420,08	(185.166,51)
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	352.100,08	891.360,47
Aumento (Redução) de processos trab. e cíveis a pagar	(78.628,72)	116.388,22
Aumento (Redução) de sobras a repassar geração	(1.378.665,34)	0,00
Aumento (Redução) de outros débitos	380.852,03	119.557,77
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.592.874,97)	(353.650,44)
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	(2.492.552,24)	(1.644.907,60)
(Aumento) Redução dos investimentos	(61.133,98)	(24.358,75)
(Aumento) Redução do intangível	(11.494.456,34)	1.570.890,01
Aumento (Redução) de obrigações vinc. a permissão	455.267,59	(255.280,10)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	940.970	(133.282,32)
Realização de reservas	946.839,85	(139.045)
Aumento (Redução) do capital social	(5.870,00)	5.763
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	(5.358.851,45)	291.172,48
Disponibilidades no início do exercício	14.342.492,98	14.051.320,50
Disponibilidades no final do exercício	8.983.641,53	14.342.492,98

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

2.5 – Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Turvo, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse do seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem como prazo único de 20 (vinte anos) contados a partir de 28 de novembro de 2008.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilhinha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,6 mil unidades consumidoras distribuídas em 136 localidades.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC ITG 1.000, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC TG 2004, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;

- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01 (R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da CERSUL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A CERSUL apresenta, no encerramento do exercício de 2019, as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa e ativos e passivos regulatórios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

A) Instrumentos Financeiros

Não Derivativos

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

Caixa e Equivalentes de Caixa: abrange saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

Recebíveis: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumidores associados e outras contas a receber.

Exigíveis: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços e outros débitos.

Derivativos: os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

C) Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

D) Ativos e Passivos Regulatórios

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros

componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A CERSUL assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “18” respectivamente, a partir desta data.

E) Investimentos

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

F) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIÇÃO. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

G) Permissão do Serviço Público (Ativo Indenizado)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

H) Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão. É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

I) Taxas Regulamentares

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programa de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,010 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,050 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

J) Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

K) Salários e Ordenados Pagar

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

L) Provisão de Férias

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

M) Obrigações Vinculadas a Permissão

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Pesquisa em Eficiência Energética – PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

N) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

O) Apuração das Sobras ou Perdas

As sobras e perdas são apuradas pelo regime de competência.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Permissionária possui em dezembro/2020 o montante de 8.983.641,5 em contas bancárias à vista e em Títulos e Valores Mobiliários (Aplicações), devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Contas	Tipo	Remuneração	2020	2019
Caixa e Bancos			415.262,27	1.388.625,70
Fundo de Caixa			2.000,00	2.000,00
C. E. Federal	Conta Corrente	-	115.330,53	80.047,88
Scoob Credisulca	Conta Corrente	-	236.664,71	31.565,45
Scoob Credisulca A.I.	Conta Corrente	-	30.487,93	1.671,61
Banco do Brasil	Conta Corrente	-	12.281,88	1.220.138,57
Bradesco	Conta Corrente	-	18.497,22	53.202,19

Numerário em trânsito			307.059,15	472.608,26
Aplicações Financeiras			8.261.320,11	12.481.259,02
C. E. Federal	CDB Flex	1,0 a 1,09/ CDI	1.220.986,21	3.047.941,72
B. Brasil	CDB	Variável	-	560.807,20
Sicoob Credisulca	CDI	0,98 a 1,0/ CDI	6.923.821,03	8.768.605,38
Sicoob Credisulca	CDI	0,98 CDI	116.512,87	103.904,72
Total			8.983.641,53	14.342.492,98

NOTA 06 - CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros os empréstimos e recebíveis.

Composição das Contas a Receber

Classes	2020	2019
Residencial	1.176.610,78	1.087.588,79
Industrial	2.895.544,27	2.499.448,10
Comercial	798.289,50	747.854,46
Rural	1.852.356,40	1.958.361,02
Poder Público	59.459,50	87.761,10
Iluminação Pública	272.380,30	139.047,29
Serviço Público	18.740,20	15.313,32
Parcelamento de Energia	933.660,54	1.297.184,61
Fornecimento não faturado	1.536.028,24	1.920.183,33
Subtotal – Consumidores	9.543.069,73	9.752.742,02
Serviço Taxado	11.895,16	6.627,27
Participação Financeira	126.656,76	113.168,80
Outros Créditos	142.139,56	76.428,59
SUB TOTAL	9.823.761,21	9.948.966,68
PROVISÃO P/ CRÉDITO LIQ. DUV. FATURAS	(908.827,46)	(861.552,80)
PROVISÃO P/ CRÉDITO LIQ. DUV. S/ PARC.	(377.700,71)	(376.971,45)
TOTAL GERAL	8.537.233,04	8.710.442,43

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

NOTA 07 - IM POSTOS A RECUPERAR

CURTO PRAZO	2020	2019
ICMS a recuperar	14.279,06	1.111,05
ICMS sobre ativo imobilizado (*)	219.252,67	308.050,74
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (**)	605.913,74	657.993,29
IRRF aplicações financeiras	0,00	0,00
Total	839.445,47	967.155,08
LONGO PRAZO	2.020,00	2.019,00
ICMS sobre ativo imobilizado (*)	151.215,80	316.346,87
Total	151.215,80	316.346,87

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo, dos quais tiveram a seguinte procedência:

(*) – ICMS sobre a compra de bens do ativo imobilizado, no qual terá sua compensação em 48 parcelas mensais.

(**) – Saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados sobre o resultado com terceiros, dos quais foram recolhidos por estimativa.

NOTA 08 – ESTOQUES

A Permissionária, mantém em seu almoxarifado operacional, todo o material necessário para a devida manutenção das Redes de Distribuição, a utilização desse material é feita através dos procedimentos contidos nas regulamentações contábeis e patrimoniais emanados pelo agente regulador. Os saldos estão assim apresentados:

Material	2020	2019
Almoxarifado em serviço	518.662,29	314.505,36
Resíduos e sucatas	19.540,83	787,64
Adiantamento a fornecedores	4.813.340,48	4.601.155,40
Destinados a Alienação	3.031,08	3.031,08
Total	5.354.574,68	4.919.479,48

NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

Descrição	2020	2019
Serviços Prestados a Terceiros	22.118,96	36.220,69
Serviços Próprios	422.280,73	368.898,99
Projetos P&D/ PEE	197.681,49	168.829,49
Desativações e alienações em Curso	134.113,77	133.922,27
Total	776.194,95	707.871,44

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 10 – ATIVOS REGULATÓRIOS

Descrição	2020	2019
CDE Neutralidade	132.257,78	47.247,45
PROINFA Neutralidade	21.292,82	9.932,91

TFSEE Neutralidade	1.052,94	540,82
Bandeiras Tarifárias Neutralidade	-	416,50
IF CUSD e PIS e COFINS	1.222.982,97	1.274.232,33
Total	1.377.586,51	1.332.370,01

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	2020	2019
Serviços prestados a receber (*)	157.015,08	118.263,27
(-) Provisão outros Creditos	(45.302,95)	(43.610,70)
Adiantamento de Férias	42.447,66	55.151,53
Rateio perda período 2000	1.419,68	1.419,68
Cheques e Parcelamentos a receber	43.067,47	43.067,47
Provisão de perdas de cheques e parcelamentos	(43.067,47)	(43.067,47)
Compartilhamento de infraestrutura	73.820,68	35.447,28
Reembolso do fundo da CDE	1.251.489,04	1.151.546,47
Outros	263,89	152,63
Total	1.481.153,08	1.318.370,16

(*) – Valores a receber referente à instalação de equipamentos de padrão de medição, que serão recebidos pela fatura mensal de cada consumidor que contratou o serviço.

NOTA 12 – IMOBILIZADO (INDENIZÁVEL E INTANGÍVEL)

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

CONTAS	2020	2019
Ativo indenizável (Permissão)	30.610.985,06	28.118.432,82
Bens não vinculados à permissão	60.447,84	60.447,84
Intangível (*)	48.626.058,83	37.131.602,49
Total	79.297.491,73	65.310.483,15

A partir de 2011, a nova regra pede que sejam reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

As obrigações especiais não são mais redutoras do ativo imobilizado regulatório, desde a versão do MCSE de 2015.

(*) Intangível

CONTAS	2019	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	2020
Em Serviço	64.502.468,03	31.854.120,57	(32.605.243,11)	(34.023.153,59)	29.728.191,90
Softwares	363.577,76	7.300,00	0,00	(364.229,19)	6.648,57
Terrenos	84.401,92	63.282,27	(63.282,27)		84.401,92
Edificações	127.865,22	114.110,84	(114.110,83)	(125.434,51)	2.430,72

Máquinas e Equipamentos	61.242.475,05	31.662.558,33	(32.415.362,61)	(31.748.509,48)	28.741.161,29
Móveis e Utensílios	326.139,38	6.869,13	(12.487,40)	(251.714,47)	68.806,64
Veículos	2.358.008,70	0,00	0,00	(1.533.265,94)	824.742,76
Em Curso	3.653.838,01	26.601.632,99	(11.778.617,10)		18.476.853,90
Total Distribuição	68.156.306,04	58.455.753,56	(44.383.860,21)	(34.023.153,59)	48.205.045,80

CONTAS	2019	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	2020
Em Serviço	943.244,28	290.256,42	(282.586,32)	(539.461,35)	411.453,03
Softwares	62.136,89	23.979,94	0,00	(47.641,75)	38.475,08
Máquinas e Equipamentos	426.855,45	184.267,73	(199.768,38)	(232.561,73)	178.793,07
Móveis e Utensílios	229.572,83	82.008,75	(82.817,94)	(112.036,55)	116.727,09
Veículos	224.679,11	0,00	0,00	(147.221,32)	77.457,79
Em Curso	0,00	78.725,47	(69.165,47)		9.560,00
Total Administração	943.244,28	368.981,89	(351.751,79)	(539.461,35)	421.013,03

Total do Intangível	69.099.550,32	58.824.735,45	(44.735.612,00)	(34.562.614,94)	48.626.058,83
----------------------------	----------------------	----------------------	------------------------	------------------------	----------------------

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11/08/2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Chave seccionadora classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de força	2,86%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Administração	
Veículos	14,29%
Edificações	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Software	20,00%
Urbanizações e benfeitorias	3,33%

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

Descrição	2020	2019
Fecoerusc	1.731,10	1.731,10
Brasil Telecom	7.092,79	7.092,79
Credisulca	552.602,15	491.468,17
Outras	209,45	209,45
Total	561.635,49	500.501,51

NOTA 14 – FORNECEDORES

Descrição	2020	2019
Materiais	410.676,27	185.079,40
Serviços	25.202,59	16.843,64
Total	435.878,86	201.923,04

NOTA 15 – SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

Descrição	2020	2019
Diretores	23.238,17	22.165,32
Empregados	338.704,84	321.751,03
Total	361.943,01	343.916,35

NOTA 16 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	2020	2019
INSS – Folha de pagamento	194.382,80	187.988,08
FGTS – Folha de pagamento	57.357,92	55.842,86
IRRF – Folha de pagamento	104.705,42	72.028,71
ICMS	1.155.686,58	1.076.497,27
Retenções PJ – IRRF/ISSQN/INSS	21.241,25	133.143,08
Retenções PF – IRRF	7.691,16	7.256,36
PIS – Folha de pagamento	7.180,42	6.999,23
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL ato não cooperado	390,43	12.359,57
Total	1.548.635,98	1.552.115,16

LONGO PRAZO	2020	2019
ICMS	1.224,08	1.224,08
Total	1.224,08	1.224,08

NOTA 17 – TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	2020	2019
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	621.273,91	568.662,70
Programa em eficiência energética – PEE	198.499,62	198.021,52
Taxa de fiscalização	12.020,92	10.557,77
Bandeiras tarifárias	438.463,69	392.596,07
Total	1.270.258,14	1.169.838,06

NOTA 18 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

Descrição	2020	2019
PROINFA - Neutralidade	38.216,97	7.169,56
TFSEE	4.002,24	1.178,87
CDE Neutralidade	206.368,24	42.996,03

Conta CCBRT - Bandeiras	1.064.440,26	909.583,17
Total	1.313.027,71	960.927,63

NOTA 19 – PROVISÃO PARA FÉRIAS

Descrição	2020	2019
INSS	181.936,43	183.543,32
FGTS	50.166,61	50.415,26
PIS	6.270,93	6.314,72
Férias	627.288,83	633.009,52
Total	865.662,80	873.282,82

NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Descrição	2020	2019
Rep. à convênios/ Consig. / Contrib. sind. / Plan. saúde	3.999,26	5.033,11
Debitos e Creditos da faturas	7.208,09	2.989,96
Convênio iluminação pública	142.050,07	142.373,99
Convênios c/ hospitais e associações	302.566,27	305.021,97
Capital social a devolver associado	73.593,00	73.870,00
Sobras a distribuir	23.442,51	23.572,83
Devol. a efetuar/ Duplicidade/ Créditos a identificar	34.403,97	27.821,63
Compra de crédito de ICM S a pagar – empresa	33.111,84	33.188,22
Outros	376.013,89	1.665,16
Total	996.388,90	615.536,87

NOTA 21 - CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

No exercício de 2006, a Cooperativa sofreu fiscalização da SRF – Secretaria da Receita Federal referente ao PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, em relação aos fatos geradores ocorridos de setembro de 2001 a junho de 2006, resultando no Auto de Infração nº 09.2.01.00-2006.00354-0 no montante de R\$ 2.678.969,22 (dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Não foi realizada provisão para tal valor, visto que o mesmo está sendo discutido judicialmente e possui parecer jurídico com provável êxito na impugnação para que seja anulada a referida notificação.

NOTA 22 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda das causas classificados como “Prováveis”, chegam ao valor de R\$ 122 mil, dos quais foram realizados os registros contábeis dessas contingências.

Para as demais causas com riscos classificados como “Remotos” ou “Possíveis”, fica dispensado o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

NOTA 23 - CAPITAL SOCIAL

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 18.273 (dezoito mil, duzentos e setenta e três) associados em 31/dez/2020.

NOTA 24 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

Sobras a Disposição da AGO	
	2020
Resultado Líquido do Exercício	
Lucro Líquido do Exercício	254.896,74
AAP Realizadas no exercício	467.193,90
Sobra/Perda Líquida do Exercício	7.910.367,11
Soma	8.377.561,01
Destinações Legais e Estatutárias	
<u>RATES</u>	
* 100% do Lucro Líquido (Art. 47)	254.896,74
* 10% da Sobra Líquida (Inciso II do Art. 50)	406.133,21
Soma	661.029,95
<u>Reserva Legal</u>	
* 10% da Sobra Líquida (Inciso I do Art. 50)	812.266,43
Fundo de Expansão e Manut. Sistema de Distribuição	3.249.065,71
Total das Destinações Legais e Estatutárias	4.722.362,09
(=) Sobra Líquida Após as Destinações	3.655.198,92



Joelma Walnier dos Santos
Contadora - CRC-SC nº 030.385/O-2
CPF nº: 036.815.639-77



Jonnei Zanette
Presidente
CPF nº: 625.875.229-10

3 – RELATÓRIO DOS AUDITORES E PARECER DO CONSELHO FISCAL

3.1 – Relatório dos auditores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da
CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
Luzia – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório de Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório de Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 05 de março de 2021.

**HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953**

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2021.03.22 14:38:08 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador-CRC-SC 14.874/D-7

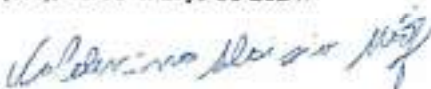
AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

3.2 – Parecer Conselho Fiscal

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, REALIZADA NO DIA 25 DO MES DE MARÇO DE 2021.

Aos vinte e cinco dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte um, às dez horas, na sala de reuniões desta Cooperativa, sito a Rua Ludovico Menegaro, 1275, Bairro São Luiz, Turvo Santa Catarina, CEP 88.930-000, CNPJ 86.512.670/0001-02, I.E. 250.249.537 e NIRE 4240000361-5, reuniram-se extraordinariamente os membros efetivos do Conselho Fiscal - Coordenador - Valdevino Aloisio May; Secretário Ivo Crepaldi; e o Membro Efetivo - Osmar Minatto; com fins específicos para tratarem de assuntos relacionados a esta cooperativa, para apuração do Relatório da Diretoria, Balanços e Apreciação de contas relativas ao ano de 2020; de que trata o artigo 44º (quadragésimo quarto) item XI (décimo primeiro) do Estatuto Social. Após minucioso exame dos documentos e acolhido o parecer dos Auditores Independentes, decidimos por unanimidade aprovar os balancetes mensais e Balanço Geral, inclusive o Demonstrativo e Relatório do Conselho de Administração referente ao exercício anual encerrado em 31 de Dezembro de 2020, emitindo nosso parecer e recomendando à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Coordenador Valdevino Aloisio May e para constar, eu, IVO CREPALDI, Secretário, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais membros presentes. TURVO (SC), 25 de Março de 2021.

Coordenador.... VALDEVINO ALOISIO MAY



Secretário.... IVO CREPALDI



Membro Efetivo OSMAR MINATTO – Membro Efetivo



4 - RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

São José (SC), 05 de Março de 2021.

Ilmos. Srs. Diretores da
CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
Turvo - SC

Prezados Senhores:

Em conexão com o exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, apresentamos nosso relatório sobre os exames realizados no período de 03 a 05 de Março de 2021, contendo recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos sistemas e controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Cooperativa.

Salientamos que os pontos aqui abordados não representam todos aqueles que uma revisão especial, mais extensa e direcionada poderia revelar, mas somente aqueles que vieram ao nosso conhecimento no decorrer de nossos trabalhos normais de auditoria.

Nesta oportunidade, colocamo-nos ao inteiro dispor de V. Sas. para prestar os esclarecimentos que forem julgados necessários.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentamos nossas,

Cordiais Saudações

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2021.04.28 10:44:17 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Gerente

I - RELATÓRIO CONTROLES INTERNOS

Como parte integrante do trabalho desenvolvido por essa auditoria independente e atendendo ao que estabelece a Resolução Normativa No. 605/2014-SFF/ANEEL, fizemos as seguintes considerações:

II - COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DA REVISÃO E RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EXTENSÃO DA REVISÃO

Consubstanciado no escopo de nossos trabalhos e, levando em conta a emissão de um relatório formal de auditoria na data base de 31 de dezembro de 2020, nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos sistemas de controles internos exercidos, considerando seus reflexos na apresentação e adequada divulgação das informações e registros contábeis.

Para fundamentar os trabalhos de auditoria relacionados ao exame das demonstrações contábeis, somos responsáveis por desenvolver nossos trabalhos em conformidade com os dispositivos das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nesse sentido, apresentamos a seguir nossas constatações e recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos sistemas de controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Empresa, as quais, entendemos, devem ser consideradas como subsídio pela Administração, no processo de melhoria destes controles.

Recebimentos/Pagamentos via Caixa:

A cooperativa utiliza-se de caixa apenas para pagamentos de pequeno valor, com saldo máximo de R\$ 2.000,00, sendo feita a reposição por cheque nominal. Não constatamos recebimento de faturas, as quais somente são recebidas via convênio bancário.

Constatamos ainda a existência de boletim de caixa diário, composto de saldo anterior movimentação do dia e saldo atual, no qual consta assinatura do responsável pelo caixa.

Conciliações Contábeis:

Para realização dos trabalhos, foram apresentadas conciliações contábeis detalhadas em planilhas, juntamente com os documentos físicos que deram suporte aos registros na contabilidade.

Todas as rubricas contábeis relevantes constam conciliação e apresentam saldo adequado. Nenhuma exceção encontrada.

Destacamos que a prática de se efetuar composição/conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles

exercidos, permite identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

Inventário Físico:

Observamos que o almoxarifado encontra-se satisfatoriamente organizado, onde cada produto tem identificação do código do bem, para conferência com as requisições de saídas e demais itens de movimentação, salientamos que alguns materiais de grande porte estão acomodados de forma amontoada, impedindo a identificação física dos mesmos, ou seja, de difícil acesso até o bem.

Cabos e Transformadores:

Os transformadores estão em local coberto e organizados de acordo com a sua potência o que poderia facilitar sua contagem, entretanto existem transformadores de potências e tamanho em locais diferentes.

As bobinas de cabos estão organizados de forma adequada por ordem de tamanho, facilitando sua movimentação, não realizamos contagem dos cabos.

Pátio Postes:

Observamos que o local de armazenagem encontra-se limpo e organizado, estão separados por tamanho com identificação visível, facilitando a contagem e movimentação. Identificamos que, juntamente com esses postes que são destinados as obras de distribuição, estão estocados postes que serão utilizados na linha de transmissão, que está sendo construída por empresa terceirizada

Religadores e Banco de Capacitores

Em 22/10, quando realizamos a contagem dos estoques físicos, destacamos a seguinte situação referente a esses dois equipamentos.

O sistema apresenta em estoque 3 religadores Trifásicos 15kV, sendo 2 de 400A e outro de 225A.

Código	Descrição	Quant.	Contagem	Dif.
204	Religador TRIF. 15kV 225A	1		1
205	Religador TRIF. 15kV 400A	2	1	1

O almoxarife e demais integrantes da parte técnica, argumentaram no sentido de que essa diferença não deveria acontecer, por conta de os procedimentos foram realizados dentro das normas específicas.

Considerando que estes, são poucos equipamentos e de grande porte, recomendamos que seja feito o inventario físico, a fim de manter os registros do sistema de estoques de acordo com os materiais identificados.

No caso do Banco de Capacitores, este está no almoxarifado em local inaccessível, pois existem vários outros materiais destinados a subestação que impedem a verificação do mesmo.

Da mesma forma como no caso dos religadores, o banco de capacitores é de grande porte e de fácil identificação, recomendamos organizar de forma que seja possível sua identificação para os devidos ajustes no sistema.

Destacamos que esses quatro equipamentos (3 religadores e 1 banco de capacitores) representam financeiramente, conforme dados do cadastro no sistema de almoxarifado a soma de R\$ 113.609,00.

Demais itens

Procedemos a contagem física de demais itens como Haste Terra, Medidores, Isoladores, Cinta Circular, Para-Raios, Cruzetas entre outros, onde não identificamos diferenças significativas ou relevantes, estando dentro da margem aceitável, devido a alta rotatividade dos mesmos.

Lembramos que sempre que haja movimentação de entrada ou saída dos postes, deve ser informado ao responsável do almoxarifado para efetuar os devidos lançamentos no sistema e, assim que ocorrer o seu recebimento ou baixa e manter todos os postes no mesmo local e facilitando a conferência e movimentações de toda mercadoria de entrada ou saída do almoxarifado.

Ambiente de Controle Interno:

Em nossa avaliação, a entidade possui controles internos adequados diante de sua estrutura operacional e complexidade das operações, especialmente com relação à observação das práticas contábeis e controles auxiliares.

A entidade possui como elementos básicos de seus controles as seguintes instituições:

- Estatuto social
- Conselhos de administração e fiscal
- Regimento interno
- Departamento de informática
- Departamento de contabilidade
- Auditoria independente

A cooperativa possui política de treinamento e conscientização do corpo funcional a respeito dos riscos e controle internos, se utilizando do programa de treinamento disponibilizado pelo SESCOOP em parceria com a FECOERUSC.

Monitoramento Contábil e Fiscal:

O monitoramento contábil e fiscal é executado pela área contábil, mediante revisões mensais de aspectos contábeis, controles internos, aspectos fiscais, tributários e aspectos societários.

As técnicas de monitoramento utilizadas abrangem os seguintes procedimentos:

- Conciliação geral de contas
- Contagem física de bens e valores
- Revisão de aspectos fiscais e tributários
- Análises comparativas
- Revisão de aspectos societários
- Preparação de demonstrações contábeis

Monitoramento Operacional:

O monitoramento operacional é realizado pelo departamento técnico sob a responsabilidade de um Engenheiro Eletricista e supervisão direta do Presidente.

Software:

A cooperativa utiliza *software* de gestão desenvolvido pela empresa Useall Software Ltda. O programa contém um módulo denominado Atendimento, o qual registra todas as solicitações de serviços de manutenção de redes de distribuição. Ao final de cada período mensal, são emitidos relatórios dos atendimentos realizados para fins de análise e avaliação em reunião do Conselho de Administração e para compor a relatório anual de prestação de contas da administração.

Documentação Legal**Atas de Assembleias Gerais**

As assembleias gerais são realizadas regularmente dentro dos primeiros três meses do exercício subsequente ao de encerramento, As deliberações observam regularmente o que determina a lei cooperativista e o estatuto social da cooperativa, em 2020 a AGO da prestação de contas do exercício de 2019 foi realizada em 06 de julho de 2020.

As atas são regularmente elaboradas e encaminhadas a JUCESC para registro.

Estatuto Social

O Estatuto Social vigente possui disposições atualizadas considerando sua última alteração ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2019, registrado na JUCESC em 05 de agosto de 2019, sob número 20196012139.

Do Conselho de Administração

O conselho vem deliberando assuntos de sua competência e reunindo-se com a regularidade prevista no estatuto social, as decisões tomadas são lavradas em ata eletrônica. Verificamos que o conselho vem cumprido o determinado em estatuto social, uma vez que vem atendendo as determinações da assembleia, efetuando o planejamento e traçando normas para as operações e serviços da cooperativa e controlando seus resultados.

O atual conselho foi eleito em 29 de março de 2019, com mandato de 4 anos até março de 2023.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente e delibera de acordo com o que determina o Estatuto Social, emitindo uma ata de forma eletrônica com as deliberações tomadas. Efetuando a análise da documentação referente ao balancete do mês anterior a reunião.

Verificamos que o conselho vem emitindo parecer referente às contas do exercício financeiro, emitindo parecer aprovando as contas e o resultado do exercício, recomendando a aprovação pela assembleia.

O conselho fiscal eleito em 06 de julho de 2020, terá mandato até a próxima assembleia em 2021, quando se realizará AGO para prestação de contas do exercício de 2020 bem como eleição do novos membros.

Prestação de Contas

A prestação anual de contas obedece ao disposto no art. 44 da Lei 5.764/71, oferecendo volume considerável de informações sobre as atividades da cooperativa em seu relatório da gestão. O exercício contábil de 2019 foi aprovado em AGO na assembleia de 06 de julho de 2020.

Provisão para Devedores Duvidosos:

O registro contábil da provisão é suportado pelo Sistema USEALL. Verificamos que o montante provisionado na contabilidade, posição 31/12/2020, atende o que dispõe a Resolução da ANEEL, conforme demonstramos a seguir:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

Inadimplância

De acordo com os relatórios em 31/12/2020, a cooperativa possuía um total de operações correntes vencidas de R\$ 1.639 mil. Este montante representa 18,43% do total das Operações de Fornecimento de Energia e Serviços.

Descobramento	R\$ Mil	Percentual
Vencidas	1.639	18,43%
A vencer	7.253	81,57%
Total das faturas em aberto	8.892	100,00%
(PCLD faturas)	(940)	
Parcelamentos vencidos e a vencer	933	
(PCLD Parcelamentos)	(346)	
Total Créditos líquidos 2020	8.537	

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2020	Total 2019
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	7.253	-	662	30	37	869	(940)	517	17	51	348	(346)	8.537	8.710
Residencial	866		138	7	9	137	(136)	7	6	7	13	(12)	1.062	962
Industrial	1.043		258	15	12	617	(617)	428		35	258	(258)	2.743	2.816
Comercial	622		89	3	7	77	(83)	41	3	3	18	(18)	766	717
Rural	1.507		196	5	9	45	(45)	38	8	5	19	(18)	1.859	1.925
Poderes Públicos	59					1	(1)	-	-	-	-	-	59	87
Iluminação Pública	261					12	(12)	-	-	-	-	-	261	127
Serviço Público	19							-	-	-	-	-	19	16
Serviço Taxado	12						(16)	-	-	-	-	-	(4)	(9)
Fornecimento Não Faturado	1.536							-	-	-	-	-	1.536	1.920
Outros Créditos de Consumidores	208						(31)	-	-	-	-	-	237	199
Total	7.253	-	662	30	37	869	(940)	517	17	51	348	(346)	8.537	8.710

III - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem na extensão e profundidade julgada necessárias na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comerciais e cooperativistas vigentes.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Data: 2021.04.28 10:44:32 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O -7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

5.1 – Balanço Patrimonial

ATIVO		2020	2019
CIRCULANTE	Nota	27.453	32.413
Caixa e equivalentes de caixa		8.984	14.342
Consumidores	07	8.537	8.710
Serviços em curso		642	574
Tributos compensáveis		839	967
Almoxarifado operacional		541	318
Adiantamentos		4.813	4.601
Ativos regulatórios		1.378	1.332
Despesas pagas antecipadamente		103	117
Outros ativos circulantes		1.615	1.452
NÃO CIRCULANTE		79.985	66.070
Tributos compensáveis		151	316
Depósitos judiciais e cauções		3	3
Participações societárias		562	501
Imobilizado	08	79.224	65.209
Intangível	08	45	41
TOTAL DO ATIVO		107.438	98.483
PASSIVO		2020	2019
CIRCULANTE		6.792	7.099
Fornecedores		436	202
Obrigações sociais e trabalhistas		1.595	1.547
Tributos		1.185	1.229
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		23	24
Encargos setoriais		1.270	1.170
Passivos regulatórios		1.313	961
Repasse a realizar		969	1.966
NÃO CIRCULANTE		2.876	2.498
Provisão para litígios		44	122
Obrigações vinculadas a permissão	09	2.831	2.375
Outros passivos não circulantes		1	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	97.771	88.886
Capital social		176	170
Reservas de capital		1.233	8.513
Reavaliação regulatória compulsória		7.429	7.896
Reservas de sobras		85.277	69.550
Sobras a disposição da AGO		3.655	2.757
TOTAL DO PASSIVO		107.438	98.483

5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Regulatório

		2020	2019
Receita / Ingresso	11	72.438	69.318
Fornecimento de Energia Elétrica		24.468	28.816
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		33.577	26.748
Ativos e passivos regulatórios		188	(686)
Serviços cobráveis		23	29
Doações, contribuições e Subvenções		14.182	14.411
Tributos		(13.097)	(12.144)
ICMS		(12.999)	(12.027)
PI E COFINS		(50)	(54)
ISS		(48)	(62)
Encargos - "Parcela A"		(7.773)	(7.072)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(6.982)	(5.169)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(133)	(109)
Outros Encargos		(659)	(1.794)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		51.568	50.102
Custos não Gerenciáveis - "Parcela A"		(27.929)	(29.218)
Energia elétrica comprada para revenda		(27.929)	(29.218)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		23.639	20.884
Custos Gerenciáveis - "Parcela B"		(16.453)	(16.833)
Pessoal e Administradores	12	(8.774)	(9.577)
Materiais		(2.007)	(1.730)
Serviço de Terceiros		(916)	(754)
Arrendamentos e Aluguéis		(381)	(342)
Seguros		(19)	(21)
Provisões		(52)	(139)
(-) Recuperação de Despesas		97	96
Tributos		(150)	(65)
Depreciação e Amortização		(3.840)	(3.810)
Gastos Diversos		(987)	(1.382)
Outras Receitas Operacionais		1.461	1.755
Outras Despesas Operacionais		(886)	(866)
Resultado da Atividade		7.186	4.051
Resultado Financeiro		825	1.266
Despesas Financeiras		(187)	(84)
Receitas Financeiras		1.012	1.351
Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros		8.011	5.317
Despesas com Impostos sobre os Lucros		(101)	(131)
Resultado Líquido do Exercício		7.910	5.187

5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Quotas e Subvenções	OUTRAS RESERVAS CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	AJUSTES RESULTADOS REGULATÓRIOS	RESERVAS ESTATUTÁRIAS					SOBRAS (PERDAS) A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
						FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ./18	145	1.232	7.280	8.456	(35)	8.039	3.166	31.837	10.120	64.127	2.572	83.832
1 - AUMENTO DE CAPITAL												
- Integração (devolução) de quotas	6									-		6
2 - AUMENTO DE RESERVAS												
- Destinações estatutárias						487	531	1.850		2.988	(2.988)	-
- Destinações AGO									2.574	2.574	(2.574)	1
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS												
- Realização de Fates							(138)			(138)		(138)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(560)							560	-
- Ajustes de exercícios anteriores												-
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO											5.186	5.186
SALDOS 31/DEZ./19	171	1.232	7.280	7.896	(35)	8.526	3.579	35.767	21.604	69.551	2.737	88.887
1 - AUMENTO DE CAPITAL												
- Integração (devolução) de quotas	5									-		5
2 - AUMENTO DE RESERVAS												
- Destinações estatutárias						812	882	3.209		4.723	(4.723)	-
- Destinações AGO			(7.280)					33.111	(21.604)	11.417	(2.756)	1.381
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS												
- Realização de Fates							(413)			(413)		(413)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(467)							467	-
- Ajustes de exercícios anteriores					35							-
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO											7.910	7.910
SALDOS 31/DEZ./20	176	1.232	-	7.429	-	9.338	3.828	72.147	-	85.278	3.655	97.770

5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa Regulatórios

	2020	2019
SOBRAS LIQUIDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DESTINAÇÃO	8.011	5.318
Sobras do exercício	8.011	5.318
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(619)	(4.407)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Redução (Aumento) de consumidores associados	173	(1.898)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	292	88
Redução (Aumento) de estoques	(223)	118
Redução (Aumento) de adiantamentos	(212)	(4.479)
Redução (Aumento) de despesas exerc. Seguintes	-	-
Redução (Aumento) de serviços em curso	(68)	(43)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(46)	683
Redução (Aumento) de outras contas a receber	(150)	(40)
Aumento (Redução) de fornecedores	234	(101)
Aumento (Redução) de obrigações sociais	48	(7)
Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas	(44)	328
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	100	(185)
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	352	891
Aumento (Redução) de processos cíveis a pagar	(78)	116
Aumento (Redução) de outros débitos	(997)	122
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	7.393	911
IRPJ E CSLL	(101)	(131)
CAIXA LIQUIDA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	7.292	780
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.624)	(356)
(Aumento) Redução dos investimentos	(61)	(25)
(Aumento) Redução do imobilizado	(14.015)	(64)
(Aumento) Redução do intangível	(4)	(12)
(Aumento) Redução de obrigações vinc. a permissão	456	(256)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	973	(133)
Aumento (Redução) de Reservas	968	(138)
Aumento (Redução) do capital social	5	5
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(5.359)	291
Disponibilidades no início do exercício	14.342	14.051
Disponibilidades no final do exercício	8.984	14.342

5.5 – Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,6 mil unidades consumidoras distribuídas em 124 localidades.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas

das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, e ajustadas quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas imeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “19” das demonstrações contábeis societárias, a partir do exercício social 2015.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é

reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

04 – CONSUMIDORES, PERMISSONÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2020	Total 2019
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	7.253	-	682	30	37	889	(940)	517	17	51	348	(346)	8.537	8.710
Residencial	886		138	7	9	137	(135)	7	6	7	13	(12)	1.062	952
Industrial	1.993		259	15	12	617	(617)	428		36	298	(298)	2.743	2.816
Comercial	622		89	3	7	77	(83)	44	3	3	18	(18)	765	717
Rural	1.597		196	5	9	45	(45)	38	8	5	19	(18)	1.859	1.925
Poderes Públicos	59					1	(1)	-	-	-	-	-	59	87
Iluminação Pública	261					12	(12)	-	-	-	-	-	261	127
Serviço Público	19							-	-	-	-	-	19	16
Serviço Taxado	12						(16)	-	-	-	-	-	(4)	(9)
Fornecimento Não Faturado	1.536							-	-	-	-	-	1.536	1.920
Outros Créditos de Consumidores	268						(31)	-	-	-	-	-	237	159
Total	7.253	-	682	30	37	889	(940)	517	17	51	348	(346)	8.537	8.710

05 – IM OBLIZADO

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rência (C)	Reava- liação	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Li- quidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Li- quido em 31/12/2020	Valor Li- quido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Li- quidas
Distribuição	91.113	4.019	(2.265)	-	-	92.867	6.283	(32.816)	60.051	60.812	(1.444)	-	(1.444)
Terrenos	148	-	-	-	-	148	-	-	148	148	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	207	-	-	-	-	207	-	(91)	117	122	-	-	-
Máquinas e equipamentos	88.874	4.014	(2.255)	-	-	90.633	1.759	(31.742)	58.890	59.411	(1.444)	-	(1.444)
Veículos	1.556	-	-	-	-	1.556	-	(731)	825	1.042	-	-	-
Móveis e utensílios	328	5	(10)	-	-	323	(5)	(252)	72	89	-	-	-
Administração	1.082	28	(41)	-	-	1.069	68	(454)	615	677	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	584	27	(40)	-	-	572	(12)	(233)	339	365	-	-	-
Veículos	187	-	-	-	-	187	-	(110)	77	98	-	-	-
Móveis e utensílios	311	0	(1)	-	-	310	(1)	(112)	198	214	-	-	-
Comercialização	17	-	-	-	-	17	-	(6)	11	13	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	17	-	-	-	-	17	-	(6)	11	13	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	92.212	4.046	(2.305)	-	-	93.953	6.352	(33.276)	60.677	61.502	(1.444)	-	(1.444)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rência (C)	Reava- liação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Li- quidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Li- quido em 31/12/2020	Valor Li- quido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Li- quidas
Distribuição	3.707	26.602	-	(11.771)	-	18.537	-	-	18.537	3.707	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.478	18.542	0	(4.216)	-	16.804	-	-	16.804	2.478	-	-	-
Outros	1.229	8.060	0	(7.555)	-	1.733	-	-	1.733	1.229	-	-	-
Administração	-	59	-	(49)	-	10	10	-	10	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	19	0	(9)	-	10	10	-	10	-	-	-	-
Outros	-	40	0	(40)	-	-	-	-	0	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.707	26.661	-	(11.821)	-	18.547	10	-	18.547	3.707	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	95.919	30.707	(2.305)	(11.821)	-	112.500	6.361	(33.276)	79.224	65.209	(1.444)	-	(1.444)

Composição do Intangível, conforme segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfêrência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em Serviço										
Distribuição	364	-	-	-	-	364	-	(364)	(1)	10
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	364	-	-	-	-	364	-	(364)	(1)	10
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	62	24	-	-	-	86	24	(48)	38	24
Softwares	62	24	-	-	-	86	24	(48)	38	24
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	7	-	-	-	7	7	-	7	7
Softwares	-	7	-	-	-	7	7	-	7	7
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	426	31	-	-	-	457	31	(412)	45	41
Em Curso										
Total do Ativo Intangível	426	31	-	-	-	457	31	(412)	45	41

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfêrência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	88.874	4.014	(2.255)	-	-	90.633	1.759
Transformador de Distribuição	11.221	774	(390)	-	-	11.605	384
Medidor	3.272	241	(137)	-	-	3.376	104
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	23.775	1.001	(151)	-	-	24.625	850
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	23.182	1.996	(36)	-	-	25.142	1.960
Redes Alta Tensão (69 kV)	729	-	(3)	-	-	726	3
Sub. Alta Tensão (primário de 69 kV)	6.425	-	-	-	-	6.425	-
Demais Máquinas e Equipamentos	20.270	2	(1.538)	-	-	18.734	1.540

Taxas anuais médias de depreciação

Em serviço	2020				2019
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição		92.867	(32.816)	60.051	60.789
Custo histórico	4,02%	80.583	(26.933)	53.650	53.417
Correção monetária especial					
Reavaliação	4,17%	12.284	(5.883)	6.401	7.372
Administração		1.069	(454)	615	700
Custo histórico	6,72%	1.180	(556)	606	711
Correção monetária especial					
Reavaliação	2,54%	(111)	102	9	(11)
Comercialização		17	(6)	11	13
Custo histórico		17	(6)	11	13
		93.953	(33.276)	60.677	61.502

Em curso					
Distribuição		18.537		18.537	3.707
Administração		10		10	
Comercialização					
		18.547		18.547	3.707
TOTAL		112.501	(33.276)	79.224	65.209

Composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Ter- ceiro	Mão de obra pró- pria	Outros Gas- tos	Total
Máquinas e Equipamentos	12.550	5.399	612		18.561
Móveis e Utensílios	12	-		-	12
A Patear	-	-	116	158	274
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	177	172	-	-	349
Material em Depósito	4.104	-	-	-	4.104
Compras em Andamento	3.362	-	-	-	3.362
Total das Adições	20.204	5.571	728	158	26.661

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição	
Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador de Distribuição (tensão inferior a 69 kV)	4,00
Administração central	
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

DESCRIÇÃO	Valor em R\$
CONDUTOR ALUMÍNIO ISOLADO- XLPE 3X1X35MM ² +35MM ²	342.954,74
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/ 220 V 30 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	254.265,52
POSTE DUPLO T CONCRETO 10 M; 10,5 M/ 300 daN	217.676,59
POSTE DUPLO T CONCRETO 11 M/ 300 daN	202.099,97
TRANSECTOR DE DADOS - MEDIDOR TRIF. ELET.15(120)A - MOD. E34 - 0112 / PLC	197.639,86
POSTE DUPLO T CONCRETO 12 M/ 600 daN	175.468,27
CONDUTOR ALUMÍNIO NÚ 2 AWG	173.347,19
POSTE DUPLO T CONCRETO 13 M/ 600 daN	144.792,16
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/ 220 V 75 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	139.067,01
POSTE DUPLO T CONCRETO 11 M/ 600 daN	133.110,60

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

DESCRIÇÃO	Valor em R\$
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 45 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	55.959,67
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	45.311,14
CONDUTOR ALUMÍNIO ISOLADO- XLPE 3X1X35MM ² +35MM ²	36.077,88
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	31.457,40
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 15 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	29.419,62
TRANSCEPTOR DE DADOS- MEDIDOR TRIF. ELET.15(120)A - MOD. E34 - 0112 / PLC	28.357,55
TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 112.5 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLA	21.990,02
CONDUTOR ALUMÍNIO ISOLADO- XLPE 3X1X16MM ² +16MM ²	19.244,51
RELIGADOR 15,0kV 400A TRIFÁSICO / TRIPOLAR ELETRÔNICO 8 kA	16.392,81
MEDIDOR TRIFÁSICO ELETROMECÂNICO - kWh	15.674,01

06 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/19	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/20	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.332	2.766	(2.721)	1.378	1.378	1.378	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	1.332	2.766	(2.721)	1.378	1.378	1.378	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/19	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/20	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(961)	2.124	(2.476)	(1.313)	(1.313)	(1.313)	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(961)	2.124	(2.476)	(1.313)	(1.313)	(1.313)	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-

07 – EM PRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CERSUL nos anos de 2020 e 2019 não contraiu nenhum empréstimo e financiamento nas entidades financeiras credenciadas.

08 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS

Os saldos referentes a previsão para litígios aumentaram em R\$ 116 mil do exercício de 2019 para 2020.

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2019	72	51	123
Constituição		8	8
Baixas/reversão	(72)	(15)	(87)
Atualização			-
Saldos em 31/12/2020	-	44	44

09 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavalia- ção	Total
Em serviço	-	2.743	-	-	2.743
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	2.538	-	-	2.538
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	205	-	-	205
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	-	2.743	-	-	2.743

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/19	Adições (a)	Baixas (b)	Transfe- rencias (c)	Valor Bruto em 31/12/20	Adições Li- quidas (a)-(b)+(c)	Amorti- zação Acum.	Valor Li- quido em 31/12/20	Valor Li- quido em 31/12/19
Em serviço	2.317	426	-	-	2.743	426	-	2.743	2.317
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	2.112	426	-	-	2.538	426	-	2.538	2.112
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	205	-	-	-	205	-	-	205	205
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.317	426	-	-	2.743	426	-	2.743	2.317
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/19	Adições (a)	Baixas (b)	Transferecias (c)	Valor Bruto em 31/12/20	Adições Li-quidas (a)-(b)+(c)	Amorti-zação Acum.	Valor Li-quido em 31/12/0	Valor Li-quido em 31/12/19
Em Curso	58	625	(596)	-	87	1.221	-	87	58
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	10	500	(504)	-	6	(4)	-	6	10
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	33	101	(85)	-	49	16	-	49	33
Valores Não Aplicados	15	24	(7)	-	32	17	-	32	15
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	58	625	(596)	-	87	1.221	-	87	58

10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O valor do capital social de R\$ 176 mil pertence inteiramente a associados domiciliados no país, correspondente à participação de 18.273 (dezoito mil, duzentos e setenta e três).

	2020	2019
Capital Social		
Capital subscrito	182	176
(-) Capital à Integralizar	(6)	(6)
Total do Grupo	176	170
Reservas de Capital		
Doações e subvenções	1.236	1.236
Doações e subvenções a realizar	(3)	(3)
Outras Reservas	-	7.280
Total do Grupo	1.233	8.513
Outros Resultados Abrangentes		
Reavaliação regulatória compulsória	8.436	9.397
Realização da reavaliação regulatória compulsória	(1.007)	(1.501)
Total do Grupo	7.429	7.896
Reservas de lucros		
Reserva legal	9.339	8.526
Reserva Ass. Técnica Educacional e Social	3.827	3.577

Reserva Manutenção Ampliação e Melhoria	72.112	35.788
Reserva de Sobras Revertidas	-	21.693
(+ / -) Ajustes resultado Reg. x Soc.	-	(34)
Total do Grupo	85.278	69.550
Lucros (prejuízos) acumulados		
Sobras Líquidas Apuradas		
Lucros (prejuízos) acumulados	3.655	2.757
Total do Grupo	3.655	2.757
Total patrimônio líquido	97.771	88.886

11 – RECEITA BRUTA / INGRESSOS

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita Bruta	18.441	18.208	137.380	104.810	58.429	55.175
Fornecimento - Faturado	18.441	18.208	137.380	104.810	58.429	55.175
Residencial	9.415	9.219	23.022	21.800	10.263	9.538
Industrial	429	440	63.622	62.674	26.062	26.236
Comercial	1.823	1.783	11.686	11.706	6.534	6.100
Rural	6.412	6.398	30.553	29	12.354	10.207
Poder público	251	260	1.259	1.832	760	1.005
Iluminação pública	81	81	6.522	6.271	2.087	1.883
Serviço público	30	27	716	498	369	206
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	18.441	18.208	137.380	104.810	58.429	55.175
Consumidores Cativos	18.441	18.208	137.380	104.810	58.429	55.175
Consumidores Livres						
Regulatórias	9	10	169	176	14.009	14.237
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva e IF		-		-	188	(686)
Fornecimento/Suprimento/ Rede Elétrica - Não faturado		-		-	(384)	389
Consumo Próprio	9	10	169	176		94
Serviços Cobráveis		-		-	23	29
Subvenções vinculadas ao serviço concedido		-		-	14.182	14.411
Total	18.441	18.208	137.380	104.810	72.438	69.318

12 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2020 importou em R\$ 8.774 e no exercício anterior de R\$ 9.577, ocasionado uma redução de 8,39 % em relação ao exercício anterior. Nas despesas com os administradores houve um aumento de 3,04% em relação ao exercício anterior.

	2020	2019
Pessoal	8.376	9.191
Remuneração	5.214	5.551
Encargos	1.991	2.116
Assistência Médica	-	319
Despesas rescisórias	160	427
Outros benefícios - Corrente	978	
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(0)	
Outros	33	778
Administradores	398	386
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	398	386
Total	8.774	9.577

13 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A permissionária não atua nos negócios de geração e transmissão, e o negócio de comercialização dentro da distribuição, foi abolido na última modificação do manual de contabilidade do setor elétrico (MSCE).

14 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A Cersul, sediada na cidade de Turvo - SC, atende atualmente cerca de 17 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 54 milhões de reais.

Em 28 de novembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 20/2008 entre a União e a Cersul por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A Cersul optou por celebrar termo aditivo contratual.

Em 17 de novembro de 2016, foi publicada a Lei nº 13.360, que criou a subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, permissionárias e concessionárias de distribuição de energia, cabendo à Aneel definir a forma de cálculo e os valores.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a “Parcela A”, formada pelos custos relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a “Parcela B”, formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico de setembro de 2020 até agosto de 2021.

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	8.509.585,37	8.619.028,32	1,29%	0,18%	12,89%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	131.738,80	144.250,99	9,50%	0,02%	0,22%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.105.551,15	7.455.286,87	4,92%	0,58%	11,15%
PROINFRA	1.272.295,42	1.019.490,47	-19,87%	-0,42%	1,52%
ENERGIA COMPRADA	14.719.127,34	17.292.543,22	17,48%	4,25%	25,86%
Energia	14.719.127,34	17.292.543,22	17,48%	4,25%	25,86%
TRANSPORTE DE ENERGIA	9.692.326,42	10.614.401,16	9,51%	1,52%	15,87%
Uso do sistema de distribuição	9.692.326,42	10.614.401,16	9,51%	1,52%	15,87%
Total de Parcela A	32.921.039,13	36.525.972,70	10,95%	5,95%	54,62%
Total de Parcela B	27.654.668,74	30.350.000,00	9,75%	4,45%	45,38%
Variação econômica				10,40%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasse de PIS COFINS		1.150.487,50		1,90%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(337.844,29)		-0,56%	
Subvenção CDE		(10.975.554,35)		-18,12%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		(1.420.693,68)		-2,35%	
Diferimento de PIS COFINS		(1.150.487,50)		-1,90%	
Total Financeiros		-		-21,02%	
Variação econômica e financeira				-10,62%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				16,65%	
Efeito da alteração dos descontos tarifários subsidiados pela CDE				-0,47%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				5,56%	

Os custos da Parcela A representam 54,62% da receita econômica da Permissionária. O aumento dos custos relativos a essa parcela representa 10,95% da variação econômico financeira da Cersul, cuja variação total foi de 10,40%, com destaque para:

- a) **Encargos Setoriais.** O valor total dos encargos setoriais variou em 1,29% em comparação aos valores referentes ao último processo tarifário, correspondendo ao efeito de 12,89% no presente reajuste tarifário.
- b) **Custos de Transmissão.** Variação de 9,51% em relação ao processo anterior, equivalendo a um impacto tarifário de 1,52%.
- c) **Compra de Energia.** Variação de 17,48% em relação ao processo anterior, contribuindo com aumento de 4,25% na tarifa vigente, esse impacto é reflexo da nova tarifa de suprimento da Celesc para a Cersul.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 45,38% da Receita, resultando num efeito de 4,45% na variação econômico financeira da tarifa vigente.

15 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Concessionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota de Ajuste	2020			2019		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Ativo circulante		27.453	-	27.453	32.415	-	32.415
Caixa e equivalentes de caixa		8.984	-	8.984	14.342	-	14.342
Consumidores		8.537	-	8.537	8.667	-	8.667
Serviços em curso		642	-	642	708	-	708
Adiantamento diversos		-	-	-	55	-	55
Tributos compensáveis		839	-	839	967	-	967
Almoxarifado operacional		5.355	-	5.355	4.919	-	4.919
Ativos regulatórios		1.378	-	1.378	1.332	-	1.332
Desp. pagas antecipadamente		103	-	103	117	-	117
Outros ativos circulantes		1.615	-	1.615	1.307	-	1.307
Ativo não circulante		80.013	(28)	79.985	66.130	(61)	66.070
Tributos compensáveis		151	-	151	316	-	316
Depósitos judiciais e cauções		3	-	3	3	-	3
Outros ativos não circulantes	15.1	30.611	(30.611)	-	28.118	(28.118)	-
Bens e ativ. não vinc. à Permis.		562	-	562	501	-	501
Imobilizado	15.2	60	79.163	79.224	60	65.148	65.209
Intangível	15.3	48.626	(48.581)	45	37.132	(37.091)	41
ATIVO		107.467	(28)	107.438	98.545	(61)	98.484

Descrição	Nota de Ajuste	2.020			2.019		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Passivo circulante		6.792	-	6.792	7.098	-	7.098
Fornecedores		436	-	436	202	-	202
Salários e ordenados a pagar		1.595	-	1.595	1.547	-	1.547
Impostos, taxas e contribuições		1.185	-	1.185	1.229	-	1.229
Sobras a repassar geração		-	-	-	1.379	-	1.379
Encargos setoriais		1.270	-	1.270	1.170	-	1.170
Passivos regulatórios		1.313	-	1.313	961	-	961
Outros passivos circulantes		992	-	992	611	-	611
Passivo não Circulante		2.876	-	2.876	2.499	-	2.499
Provisão para litígios		44	-	44	122	-	122
Outros passivos não circulantes		1	-	1	1	-	1
Obrigações vinculadas à concessão		2.831	-	2.831	2.375	-	2.375
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.799	(28)	97.771	88.948	(61)	88.887
Capital Realizado		176	-	176	170	-	170
Reservas de capital		1.233	-	1.233	1.233	-	1.233
Outras Reservas de Capital		-	-	-	7.280	-	7.280
Avaliação Reg. Compulsória		7.429	-	7.429	7.896	-	7.896
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.7	28	(28)	-	28	(28)	-
Fundo de Reserva Legal		9.339	-	9.339	8.526	-	8.526
FATES		3.827	-	3.827	3.577	-	3.577
Reserva de Ampliação		72.112	-	72.112	35.788	-	35.788
Reserva de sobras	15.8	-	-	-	21.693	(34)	21.659
Sobras à disposição da Assembleia		3.655	-	3.655	2.756	2	2.757
PASSIVO		107.467	(28)	107.438	98.545	(61)	98.484

Descrição	Nota de Ajuste	2020			2019		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Receita / Ingresso		72.440	0	72.440	74.514	(5.196)	69.318
Fornecimento de energia elétrica		24.746		24.746	28.816		28.816
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		33.299		33.299	26.748		26.748
Ativos e Passivos Regulatórios	15.6	188		188	(686)		(686)
Serviços cobráveis		25		25	29		29
Doações, contrib. e subvenções vinc. ao serviço concedido		14.182		14.182	14.411		14.411
Outras Receitas	15.5	0		0	5.196	(5.196)	0
Tributos		(13.097)	0	(13.097)	(12.144)	0	(12.144)
ICMS		(12.999)		(12.999)	(12.027)		(12.027)
PIS-PASEP		(9)		(9)	(10)		(10)
COFINS		(41)		(41)	(45)		(45)
ISS		(48)		(48)	(62)		(62)
Encargos - Parcela "A"		(7.773)	0	(7.773)	(7.072)	0	(7.072)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(6.982)		(6.982)	(5.169)		(5.169)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(133)		(133)	(109)		(109)
Outros encargos		(659)		(659)	(1.794)		(1.794)
Receita líquida / Ingresso líquido		51.570	0	51.570	55.298	(5.196)	50.102
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(27.929)	0	(27.929)	(29.218)	0	(29.218)
Energia elétrica comprada para revenda		(27.929)		(27.929)	(29.218)		(29.218)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		23.641	0	23.641	26.080	(5.196)	20.884

Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(16.455)	0	(16.455)	(22.031)	5.198	(16.833)
Pessoal e administradores		(8.768)		(8.768)	(9.577)		(9.577)
Material		(2.012)		(2.012)	(1.730)		(1.730)
Serviços de terceiros		(916)		(916)	(754)		(754)
Arrendamentos e aluguéis		(381)		(381)	(342)		(342)
Seguros		(19)		(19)	(21)		(21)
Provisões		(52)		(52)	(139)		(139)
(-) Recuperação de despesas		94		94	96		96
Tributos		(150)		(150)	(65)		(65)
Depreciação e amortização	15.4	(3.840)		(3.840)	(3.812)	2	(3.810)
Gastos diversos		(985)		(985)	(1.382)		(1.382)
Outras receitas operacionais	15.6	1.461		1.461	1.755		1.755
Outras despesas operacionais	15.5	(886)		(886)	(6.062)	5.196	(866)
Resultado da Atividade		7.186	0	7.186	4.049	2	4.051
Resultado Financeiro		825	0	825	1.266	0	1.266
Despesas financeiras		(187)		(187)	(84)		(84)
Receitas financeiras		1.012		1.012	1.351		1.351
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		8.011	0	8.011	5.315	2	5.317
IRPJ/ CSLL		(101)		(101)	(131)		(131)
Resultado líquido do exercício		7.910	0	7.910	5.184	2	5.187

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[15.1] ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO (SOCIETÁRIO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[15.2] IMOBILIZADO

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

<u>Classificação conforme permissão</u>	2020	2019
Ativo financeiro indenizável (Nota 15.1)	30.610	28.118
Imobilizado societário	60	60
Intangível - Uso da Infra Estrutura (Nota 15.3)	37.132	37.132
Total Societário	79.297	65.310

(+) Ajuste Notas 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória/ Societário	(61)	(61)
(=) Imobilizado + Intangível Regulatório	79.236	65.250

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/ adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[15.3] INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[15.4] DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A diferença na depreciação e amortização de R\$ 2 mil reais, entre a contabilidade regulatória (R\$ 3.810) e societária (R\$ 3.812), refere-se à realização das despesas com depreciação do valor da avaliação a valor justo (realizada em 2010 na contabilidade societária).

[15.5] OUTRAS RECEITAS E GASTOS

Referem-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

[15.6] RESULTADO COM ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios a partir deste período, gerando tais ajustes do resultado do exercício de 2015.

[15.7] AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (SOCIETÁRIO)

Com a adoção inicial das novas normas contábeis, a permissionária realizou no período de 2010 avaliação patrimonial nos grupos classificados como terrenos, benfeitorias e veículos. Conforme Ofício de Encerramento de janeiro de 2013, o respectivo valor da avaliação inicial societária foi estornado do balanço regulatório.

[15.8] AJUSTE DE RESERVAS DE SOBRAS

Refere-se a diferença entre o resultado da realização entre a Reavaliação Compulsória Regulatória e o Ajuste de Avaliação Patrimonial. A diferença de R\$ 34 mil reais foi ajustada em 2020 quando da realização da depreciação da mais valia societária neste mesmo valor.



Joelma Walnier dos Santos
Contadora - CRC-SC nº 030.385/O-2
CPF nº: 036.815.639-77



Jonei Zanette
Presidente
CPF nº: 625.875.229-10

5.6 – Relatório Auditor Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, com data de 05 de março de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos

controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis Regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Regulatórias, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 14 de abril de 2021.

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2021.04.27 10:39:42 -0300'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Participações

Direção Geral e Produção

Setor Contábil

Colaboração

Setor Técnico

Setor de Recursos Humanos

Setor TI

Setor Comercial

Setor Financeiro

Auditoria

Audiconsult Auditores S/S

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei n° 5.764/1971

Resolução CFC n°1.255/09

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis – CPC

Despacho n° 4.356 de 22/11/2017 SFF/ANEEL

Estatuto Social da Cersul Cooperativa de Distribuição de Energia

Agradecimentos

Conselho Administração

Conselho Fiscal